



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO CHAVES - 2015**



ÍNDICE GERAL

1. Introdução	4
2. Metodologia.....	6
3. Referências da estratégia nacional de desenvolvimento e seus principais instrumentos de implementação	8
4. Estudos sectoriais de natureza estratégica e/ou de gestão territorial, correlacionados com o território municipal.....	12
5. Caracterização da situação actual do território	18
6. Caracterização sumária do quadro de referência estratégico nacional 2007- 2013 ...	23
7. Processo participativo e objectivos de referência para definição das prioridades estratégicas do Município	28
7.1 Processo participativo	28
7.2 Objectivos de referência	28
8. Prioridades estratégicas do Município, objectivos sectoriais e projectos/acções	29
8.1 Promoção da qualificação dos cidadãos	29
8.1.1 Educação e ciência	30
8.1.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	30
8.1.1.2 Objectivos	31
8.1.1.3 Projectos/acções	31
8.2 Promoção do crescimento sustentado	32
8.2.1 Promoção do desenvolvimento	33
8.2.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	33
8.2.1.2 Objectivos	41
8.2.1.3 Projectos/acções	42
8.2.2 Cooperação externa	44
8.2.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	44
8.2.2.2 Objectivos	44
8.2.2.3 Projectos/acções	45
8.3 Garantir a coesão social	45
8.3.1 Acção social	46
8.3.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	46
8.3.1.2 Objectivos	47
8.3.1.3 Projectos/acções	47



8.3.2 Saúde	48
8.3.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	48
8.3.2.2 Objectivos	49
8.3.2.3 Projectos/acções	49
8.3.3 Defesa do consumidor	50
8.3.3.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	50
8.3.3.2 Objectivos	50
8.3.3.3 Projectos/acções	50
8.4 Assegurar a Qualificação do Território e das áreas urbanas	51
8.4.1 Ordenamento do Território e Urbanismo	52
8.4.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	52
8.4.1.2 Objectivos	54
8.4.1.3 Projectos/acções	55
8.4.2 Habitação	55
8.4.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	55
8.4.2.2 Objectivos	56
8.4.2.3 Projectos/acções	57
8.4.3 Cultura e Património	57
8.4.3.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	57
8.4.3.2 Objectivos	59
8.4.3.3 Projectos/acções	59
8.4.4 Equipamento Rural e Urbano	59
8.4.4.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	60
8.4.4.2 Objectivos	61
8.4.4.3 Projectos/acções	61
8.4.5 Energia	62
8.4.5.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	62
8.4.5.2 Objectivos	64
8.4.5.3 Projectos/acções	64
8.4.6 Transportes e Comunicações	64
8.4.6.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial.....	64
8.4.6.2 Objectivos	66
8.4.6.3 Projectos/acções	67
8.4.7 Tempos Livres e Desporto	67



8.4.7.1	Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	67
8.4.7.2	Objectivos	69
8.4.7.3	Projectos/acções	69
8.4.8	Ambiente	70
8.4.8.1	Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	70
8.4.8.2	Objectivos	73
8.4.8.3	Projectos/acções	73
8.4.9	Infra-estruturas	74
8.4.9.1	Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	74
8.4.9.2	Objectivos	76
8.4.9.3	Projectos/acções	76
8.5	Aumentar a Eficiência da Governação	77
8.5.1	Modernização da Administração Local	78
8.5.1.1	Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial	78
8.5.1.2	Objectivos	79
8.5.1.3	Projectos/acções	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura1-	Implantação da ENDS (Principais Instrumentos)	9
----------	---	---



PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CHAVES

CHAVES 2015

1. INTRODUÇÃO

O desígnio integrador e mobilizador deste documento estratégico, perspectivado no horizonte de 2015, é posicionar o Município de Chaves na trajectória do desenvolvimento sustentado como Território de Actividades Económicas, de Turismo e de Cooperação.

Território de Actividades Económicas, porque sempre foi um centro comercial de referência, posição que tem vindo a reforçar, procurando conjugar a dinâmica necessária do comércio tradicional com novas formas e escalas de comércio.

Porque a componente empresarial aumenta a diversidade, a especialidade, a escala, a tecnologia e a sua área de influência, também neste contexto Chaves se constitui como referência na localização empresarial e como importante nó da rede de plataformas logísticas, passando a ser, também neste sector, uma referência com futuro.

Território de Turismo, porque a densidade histórica do território que gravita em torno de Chaves faz desta cidade um cadinho cultural e patrimonial que lhe confere uma mística impar.

A privilegiada localização geo-estratégica de Chaves, conjugada com as boas acessibilidades, a diversidade paisagística, cultural e patrimonial e a inquestionável capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, a hotelaria, a restauração e o lazer, potenciam o interesse em conhecer e usufruir este espaço geográfico.

Cumprir a vocação histórica, compatibilizando tradição e modernidade, é o desafio presente e futuro no sector do turismo. Os importantes investimentos em curso e os perspectivados no Concelho (Vidago e Chaves) constituem decisivo reforço desta opção.

Território de Cooperação, porque o novo paradigma impõe a cooperação como um dos mecanismos da sustentabilidade do desenvolvimento dos povos. Por isso, a cooperação, sob as mais variadas formas, nos mais diversos âmbitos e a diferentes níveis, tem sido um princípio de referência do município de Chaves na prossecução do desenvolvimento. Em coerência com tal princípio, Chaves deu já um passo em frente com a criação da Eurocidade Chaves/Verin.



Aproveitando as relações históricas, a coesão económica e social existentes, a localização estratégica face ao nó de dois dos principais eixos viários da Euro Região (A24-SCUT Interior Norte e a A52-Autovia das Rias Baixas), bem como a continuidade territorial de diversos ecossistemas, considera-se estarem reunidas condições para a implementação do projecto da Eurocidade Chaves/Verin, já em curso sob a coordenação do Eixo Atlântico e da CCDR-N, com a participação da Junta da Galiza e da Diputacion de Ourense.

Em prol do desígnio agregador convergem políticas e medidas que visam alcançar os seguintes objectivos:

- Consolidar e desenvolver o tecido empresarial;
- Integrar e promover o sector logístico;
- Valorizar o património natural e cultural;
- Potenciar o sector do turismo em todas as vertentes, com a especificidade do termalismo;
- Assegurar uma rede de saúde e de acção social para segurança da população;
- Consolidar a valorização dos recursos humanos nos vários níveis de formação e aprendizagem;
- Revitalizar o sector desportivo pela criação de infra-estruturas comuns e práticas diversificadas;
- Fortalecer a coesão territorial pelo reforço das infra-estruturas de transporte e comunicação;
- Dinamizar a cultura pelo aproveitamento das infra-estruturas/equipamentos existentes e previstos;
- Desenvolver o mundo rural pela promoção dos seus produtos específicos em articulação com novas actividades.

Tendo por base os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável – Desenvolvimento Económico, Coesão Social e Protecção Ambiental – este documento estratégico pretende ser uma contribuição essencial, em articulação com os demais instrumentos ao alcance dos órgãos municipais e dos flavienses em geral, para promover o desenvolvimento local numa perspectiva integradora de visões sectoriais.

Enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento local, construído a partir de diagnósticos de vários estudos realizados até agora e de uma diversificada e ampla participação pública, promovida em sede de dossiers como a Agenda 21 Local, a Carta Educativa e a Revisão do PDM, entre outros, este documento procura relevar as potencialidades, identificar as debilidades e as ameaças e perspectivar as oportunidades deste território, tendo por referencia as orientações estratégicas e instrumentos de gestão territorial de âmbito europeu, nacional, regional e local.



Sabendo-se que este tipo de exercício prospectivo se faz partindo de variáveis que carecem de contínua actualização, apesar do fundado conhecimento da realidade local, baseado na auscultação das aspirações da população, dos agentes económicos, sociais e culturais deste município, bem como dos cenários conjunturais da globalização, este documento orientador da estratégia de desenvolvimento local contem, em si mesmo, o princípio da flexibilidade e da adaptação, em função das dinâmicas que se venham a operar no futuro.

Neste sentido, tão importante é a definição acertada das acções e dos projectos a desenvolver, como os mecanismos de monitorização dos mesmos, que deverão, sistematicamente, fomentar a envolvência dos actores/agentes que os promovem, induzir a cooperação institucional, desbloqueando e simplificando os procedimentos necessários à sua concretização, bem como verificar os respectivos impactes, no sentido de medir a sua utilidade e de ajustar as respectivas trajectórias.

2. METODOLOGIA

A finalidade deste documento estratégico – orientação da acção governativa local – pressupunha uma abordagem metodológica complexa, decorrente não só da intrínseca diversidade temática, como também da sintetização dos estudos de referência, da articulação das estratégias (municipais e supra municipais), como ainda do processo participativo que foi promovido.

Contudo, intencionalmente, simplificaram-se os procedimentos de forma a clarificar o seu processo de elaboração e a evitar desvios do objectivo principal, que é a obtenção de um documento que sirva os seguintes propósitos:

a) Fazer um enquadramento genérico da estratégia nacional de desenvolvimento e dos seus principais instrumentos de implementação. Para este efeito, fez-se uma abordagem aos principais instrumentos de política de desenvolvimento e de gestão territorial de âmbito nacional:

ENDS- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; PNACE- Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego; Iniciativa Novas Oportunidades; Plano Nacional de Acção para a Inclusão; PNI- Plano Nacional para a Igualdade; Plano Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade; Plano Tecnológico; SIMPLEX- Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa; PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Plano Estratégico Nacional do Turismo.



b) Reportar, de forma sintética, os principais estudos sectoriais de natureza estratégica e/ou de gestão territorial, correlacionados com o território municipal. Para este efeito, fez-se uma abordagem aos principais instrumentos de âmbito regional, intermunicipal e local:

PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte; PROT-TMAD - Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro; Agenda Regional do Turismo; PROF-BP - Plano Regional de Ordenamento Florestal de Barroso e Padrela; Estudos estratégicos do Eixo Atlântico; Pacto de Desenvolvimento do Alto Tâmega; Programa Polis de Chaves; Estudos de Revisão do Plano Director Municipal; Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade 2007-2013; Agenda 21 Local; Carta Educativa; Rede Social; Carta Desportiva.

c) Fazer a caracterização sumária do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, destacando:

Âmbito; Desígnio; Prioridades Estratégicas; Princípios orientadores do QREN e dos programas operacionais; Prossecução/execução; Agendas Operacionais Temáticas; Programas Operacionais Temáticos; Programas Operacionais Regionais; Programas Operacionais de Cooperação Territorial.

d) Identificar e organizar as prioridades estratégicas do município, tendo em conta as prioridades estratégicas do QREN, organizando os projectos e as acções segundo os domínios de intervenção consagrados na Lei-quadro de atribuições e competências das autarquias locais. Para este efeito, tendo por base o objectivo das cinco prioridades estratégicas do QREN, adoptou-se a seguinte metodologia:

- Enunciar os objectivos de referência nacional;
- Agrupar e correlacionar os domínios das atribuições e competências municipais com as cinco prioridades estratégicas do QREN;
- Enunciar o âmbito das atribuições e competências municipais estabelecidas por lei em cada domínio;
- Caracterizar a situação actual e prospectiva em cada domínio e/ou conjunto de domínios das atribuições municipais (matriz SWOT sectorial);
- Enunciar a estratégia municipal em cada domínio, clarificando os objectivos e os respectivos projectos/acções.



f) Esboçar um cenário de enquadramento dos projectos/acções nos Programas Operacionais do QREN, incluindo uma previsão de execução física dos mesmos no horizonte temporal do Plano de Acção - Chaves 2015. Para este efeito, seguiu-se a seguinte metodologia:

- Elaboração de uma breve caracterização da estrutura dos Programas Operacionais: Eixos, Destinatários e Medidas;
- Organização e enquadramento dos projectos e acções na estrutura dos PO's;
- Organização de um quadro de previsão de execução física dos projectos e acções.

3. REFERÊNCIAS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SEUS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Neste âmbito importa fazer um enquadramento genérico da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e dos seus principais instrumentos de implementação. Para este efeito fez-se uma abordagem aos principais instrumentos de política de desenvolvimento e de gestão territorial de âmbito nacional.

A **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável** (ENDS) constitui-se uma referência para a acção, num período alargado, no horizonte temporal definido entre 2005-2015 e visa dar consistência global nesse horizonte aos diversos programas de iniciativa pública em preparação e implementação, funcionando como um instrumento de mobilização e concertação para as iniciativas e acções dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil. Deverá constituir também um referencial para iniciativas co-financiadas por fundos comunitários no horizonte de 2007- 2013, tendo, para este efeito, sido garantida na sua elaboração uma total articulação com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que orienta a elaboração dos programas operacionais temáticos e regionais para aquele período.

Este instrumento estratégico prevê a prossecução de um conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente. O grande desígnio consiste em “retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais



competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”.

A concretização deste desígnio contempla um programa de acção diversificado, baseado nas seguintes apostas:

- qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão;
- internacionalização e na preparação das empresas para a competição global;
- sustentabilidade dos sistemas de protecção social e numa abordagem flexível e dinâmica dos processos de coesão;
- gestão eficiente dos recursos e na protecção e valorização do ambiente, com adopção de soluções energéticas mais eficientes e menos poluentes;
- conectividade do País e na valorização equilibrada do território;
- reforço da cooperação internacional e na melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos.

Para dar consistência à metodologia de envolvimento e mobilização para a estratégia de desenvolvimento sustentável, foi prevista uma articulação com outros programas e referenciais de acção como representa a figura seguinte.

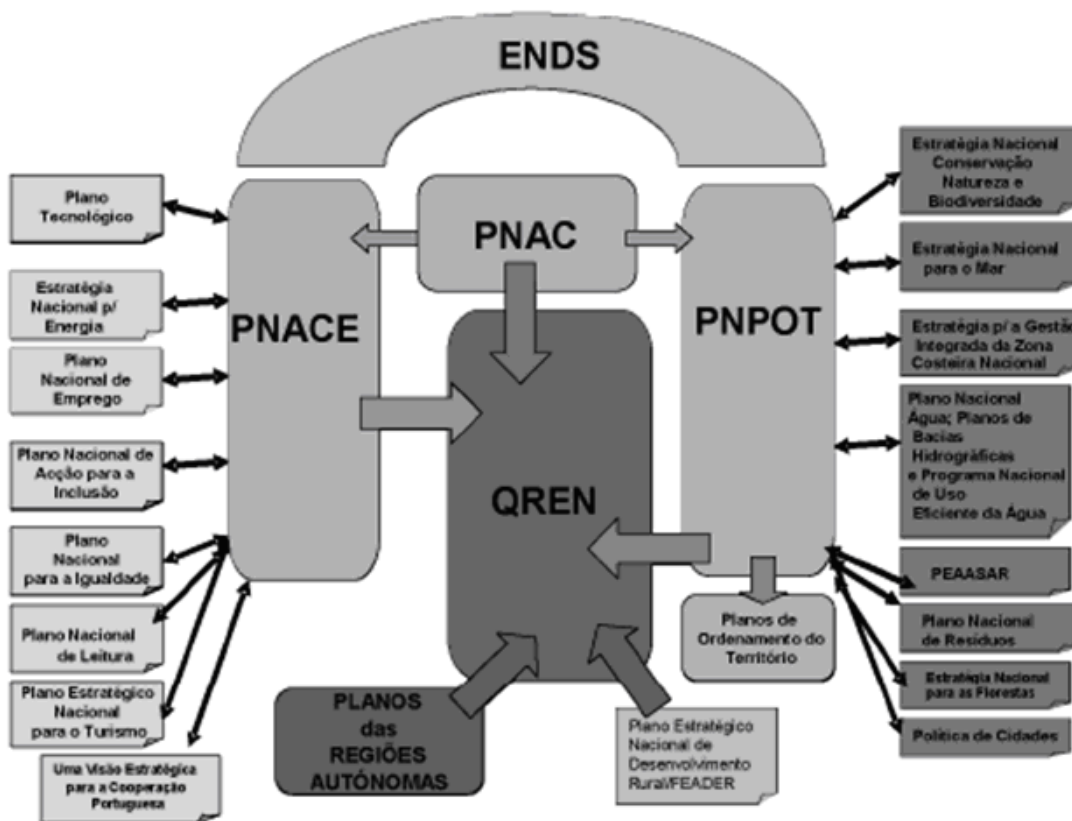


Figura1- Implantação da ENDS (Principais Instrumentos)



Dos programas previstos, destacam-se:

a) O **Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego** (PNACE), que define as orientações integradas para o crescimento e o emprego destacando a importância das políticas de ambiente, ordenamento do território e coesão territorial. A sua estratégia visa essencialmente melhorar de forma sustentável a qualidade de vida dos cidadãos, impondo-se a implementação de opções que contribuam para a utilização sustentável dos recursos naturais, dos transportes, da energia e da qualificação do sistema urbano e das cidades.

Em articulação com este programa global, foram aprovados e estão em implementação programas específicos de resposta, em particular o **Plano Tecnológico** que define uma estratégia nacional de crescimento baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, o **Plano Nacional de Emprego** que traduz as prioridades de acção no domínio da formação e do emprego e o **Plano Estratégico Nacional do Turismo** que define as acções para o crescimento sustentado do Turismo Nacional nos próximos dez anos, formulando os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector. Paralelamente foram definidos ou encontram-se em elaboração outros programas sectoriais que pretendem dar resposta a questões fundamentais do desenvolvimento sustentável, como seja a promoção da coesão social, do desenvolvimento cultural, da qualidade ambiental ou da mobilização para a sociedade da informação.

Ainda no contexto deste plano é de referir a **Iniciativa Novas Oportunidades**, que pretende desenvolver uma clara aposta na qualificação da população Portuguesa. Conjuntamente com uma nova geração de políticas de formação contínua, que têm como objectivo a participação de activos e PME's em processos de qualificação, esta iniciativa constitui um pilar fundamental das políticas de emprego e de formação profissional para os próximos anos.

A estratégia da Iniciativa novas oportunidades assenta na prioridade de formação ao nível do ensino secundário, como base de referência para a qualificação dos jovens e adultos, constituindo-se no patamar mínimo para dotar os cidadãos das competências essenciais à moderna economia do conhecimento. Pretende, igualmente, elevar a formação de base dos activos com baixos níveis de escolaridade que poderão, através desta iniciativa, recuperar e progredir nos seus estudos.

b) O **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** (PNAC), que integra as diferentes políticas e medidas sectoriais de combate às alterações climáticas, e visa o cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa, de modo a respeitar os compromissos de Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades no seio da União Europeia. Pretende-se igualmente com este instrumento antecipar os



impactes das alterações climáticas e propor as medidas de adaptação que visem reduzir os aspectos negativos desses impactes.

c) O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, que se constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território. Visa concretizar uma estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial, em coerência com outros instrumentos estratégicos, designadamente o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que enquadra os fundos comunitários para o período 2007-2013.

Em articulação com este instrumento de gestão territorial, deverão ainda estar em consonância para além da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável como foi acima referido, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, as estratégias nacionais para a Energia, para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade e para o Mar. O mesmo se passa com os planos nacionais da Água e de Acção para o Crescimento e o Emprego. O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013, a Estratégia Nacional para as Florestas e o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação são outros instrumentos abrangidos.

d) O **Quadro de Referência Estratégico Nacional**, que se constitui num documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiam a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento em Portugal no período de 2007 a 2013.

Este instrumento estratégico assume como desígnio a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Neste âmbito foram ainda desenvolvidas outras estratégias e programas, de que são exemplo a Estratégia Nacional para o Mar e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Rural, pelo seu carácter transversal, e programas mais sectoriais como a Estratégia Nacional para a Energia ou a Estratégia Nacional para as Florestas, que se constituem, igualmente, instrumentos fundamentais de concretização da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.



4. ESTUDOS SECTORIAIS DE NATUREZA ESTRATÉGICA E/OU DE GESTÃO TERRITORIAL, CORRELACIONADOS COM O TERRITÓRIO MUNICIPAL

Neste âmbito importa fazer referência, de forma sintética, aos principais estudos sectoriais de natureza estratégica e/ou de gestão territorial, correlacionados com o território municipal. Para este efeito, fez-se uma abordagem aos principais instrumentos de âmbito regional, intermunicipal e local.

Entre os diversos estudos sectoriais e regionais em vigor, ou em elaboração, destacam-se neste plano os que podem influenciar mais directamente o ordenamento físico do território municipal:

a) O **Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)**, em fase de elaboração, constitui-se num instrumento de desenvolvimento territorial que enquadra a estratégia de desenvolvimento económico e social da zona Norte. Este documento servirá simultaneamente de referência para a elaboração e revisão dos instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente de nível municipal, bem como para o desenvolvimento e implementação de estratégias de âmbito regional.

Este plano deverá enquadrar as orientações emanadas do (i) PNPO, (ii) QREN, (iii) Norte 2015 (documento estratégico regional para o desenvolvimento da Região do Norte), (iv) ENDS, (v) Plano Sectorial da Rede Natura e (vi) Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade, (vii) Planos Sectoriais e Planos Especiais e deverá ainda ter em atenção as (viii) acções estratégicas de carácter supra-municipal dos Planos Directores Municipais, bem como os (ix) estudos estratégicos de desenvolvimento promovidos por algumas associações e comunidades intermunicipais e os Planos “sub-regionais” em elaboração, como por exemplo o Plano Regional de Ordenamento do Território - Trás-os-Montes e Alto Douro.

b) O **Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROT-TMAD)**, estabelece os grandes objectivos de desenvolvimento sustentável para a região, visando criar medidas que propiciem a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regional. Este instrumento, constitui-se num quadro de referência para a elaboração de planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território, tendo como objectivos o (i) combate da fragmentação e da dispersão das intervenções municipais e sectoriais, (ii) a maximização dos impactes positivos dos grandes investimentos infra-estruturantes, e a (iii) criação de massa crítica necessária ao reforço da competitividade territorial para afirmação da região no quadro nacional e ibérico.



c) O **Plano Regional de Ordenamento Florestal de Barroso e Padrela (PROF-BP)**, define-se como um instrumento que fornece o enquadramento técnico e institucional apropriado para minimização dos factores de risco associados às categorias de usos do solo e modelos silvícolas, abordando alguns aspectos do sector florestal numa perspectiva regional.

O PROF-BP, que abrange os concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, pretende desenhar um modelo florestal a longo prazo, através da identificação e definição das (i) áreas prioritárias para a criação de Zonas de Intervenção Florestal, (ii) da dimensão mínima a partir da qual as explorações florestais privadas estão sujeitas a plano de gestão florestal (25 hectares), (iii) das zonas de risco de incêndios, e (iv) das regras específicas quanto ao planeamento e ordenamento do território nessas áreas.

Embora o prazo de eficácia do plano tenha uma duração de 20 anos, este estabelece objectivos até 2045 relativamente à composição dos espaços florestais, à evolução de povoamentos submetidos a silvicultura intensiva e à área ardida anualmente.

d) O **Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade 2007-2013**, ora em elaboração, constitui-se num instrumento programático de carácter estratégico que visa dotar a área objecto do estudo (composta pelos concelhos de Bragança, Vinhais, Vimioso, Miranda do Douro, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Mogadouro), com uma maior capacidade interventiva no território, de forma integrada e coerente.

Para tal desiderato definir-se-á um quadro estratégico de intervenção, que contemplará as medidas e os projectos/acções de cariz estruturante de cada Município, na forma de um Plano de Acção integrado no contexto regional, com execução física e financeira programada e com vinculação dos respectivos agentes/actores.

e) O **Programa Polis de Chaves** assume-se como um instrumento estratégico tendente à concretização de intervenções integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental e onde se visa a melhoria da qualidade do ambiente urbano na Cidade.

No contexto da implementação deste programa, foi desenvolvido um vasto leque de estudos e executadas acções de Requalificação Urbanística e Valorização Ambiental, destacando-se aqui a elaboração de cinco Planos de Pormenor (Zona Urbana Norte, Margens do Tâmega, Zona Urbana Poente, Madalena e Centro Histórico), a reabilitação das áreas envolventes de dois Monumentos Nacionais (Fortes de S. Francisco e de S. Neutel) e a Requalificação Urbanística e Paisagística do Jardim do Tabolado e do Jardim Público.



Mais recentemente iniciou-se a execução da empreitada do “Parque Multiusos de Santa Cruz” e encontram-se em fase de arranque as obras de “Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz”, do “Arranjo Paisagístico da Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Eng.º Barbosa Carmona e a Ponte Romana” e do “Arranjo Paisagístico da Margem Direita do Tâmega entre o Açude dos Agapitos e a Ponte Eng.º Barbosa Carmona”; é de realçar que com a realização destes três últimos empreendimentos irá ser materializada uma ciclovia ribeirinha ao Rio Tâmega, com um perímetro total de 6400 metros.

Ainda no âmbito deste Programa, foi recentemente adjudicada a “ponte pedonal” e está previsto iniciar-se no próximo mês de Março de 2008 a empreitada de “Reabilitação e Construção de Pesqueiros na Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz”.

Por último, mas não menos importante, realça-se o facto de também se encontrar a cargo do Programa Polis de Chaves a elaboração de outros relevantes projectos, dos quais cumpre destacar, na área dos equipamentos colectivos de cariz estruturante o “Pavilhão Multiusos de Santa Cruz” e o “Complexo De Piscinas Municipais Cobertas” e no campo da requalificação urbana e ambiental, o “Parque Urbano da Galinheira”, a “Requalificação Urbanística das Margens do Ribeiro do Rivelas” e as “Novas Acessibilidades do Bairro de Santa Cruz”

f) A **Agenda 21 Local de Chaves**, tendo sido aprovada em reunião de Câmara de 2 de Agosto de 2007 e na sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2007, resultou de um longo processo efectivo de participação, com a implicação de múltiplos agentes sociais, económicos e institucionais locais.

O Município de Chaves, atento ao novo paradigma de governação que visa promover o desenvolvimento sustentável com base num processo efectivo de participação, decidiu desenvolver o seu Projecto de Agenda 21 Local, em Julho de 2003, em conjunto com 16 dos 18 municípios que integram o Eixo Atlântico¹, tendo assinado a Carta de Aalborg, em Janeiro de 2006, na cidade de Santiago de Compostela.

O projecto Agenda 21 Local do Município de Chaves, incluiu o desenvolvimento de vários estudos e de acções complementares que se podem agrupar nas seguintes fases:

¹ Os municípios portugueses são Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real e os municípios galegos são Coruña, Santiago de Compostela, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense e Vigo.



Numa primeira fase do projecto, foi elaborado o diagnóstico técnico de caracterização da realidade do Município, constituindo-se como a base para o Plano de Acção. Com o referido diagnóstico foi possível identificar alguns problemas do Município, assim como os meios para os ultrapassar, sendo feita uma grande compilação de informação.

Ao longo deste processo, a participação pública concretizou-se através da realização de vários fóruns, constituindo-se como os momentos privilegiados de discussão e reflexão sobre as necessidades do desenvolvimento sustentável, face à elevada participação activa dos cidadãos. Paralelamente, desenvolvem-se outras actividades complementares ao nível da comunicação e sensibilização ambiental, bem como da formação de técnicos locais.

A fase do – Plano de Acção – constitui o momento crucial da Agenda 21Local, uma vez que no respectivo conteúdo documental se encontram sintetizadas as principais orientações políticas, bem como os projectos/acções de actuação municipal de médio e longo prazo.

Este instrumento de desenvolvimento estratégico, pretende dar resposta a alguns dos problemas existentes e identificados no Município, constituindo-se num modelo orientador de organização de alguns projectos/acções mais urgentes e úteis na prossecução do desenvolvimento sustentável, com base em eixos estratégicos estruturantes desse mesmo desenvolvimento. Uma elevada percentagem das acções previstas estão executadas ou em execução.

Na fase da monitorização - Plano de Seguimento – está previsto estabelecerem-se mecanismos de controlo das acções enunciadas.

g) A **Carta Educativa** define-se, no quadro da qualificação da população concelhia, como instrumento e prática de planeamento municipal que visa dotar o Município com uma adequada rede de infra-estruturas de educação e aprendizagem.

De forma a garantir as condições necessárias para acolher os alunos, executaram-se, estão em execução e previstas intervenções ao nível das estruturas físicas dos equipamentos escolares, da melhoria dos transportes e da consolidação de um serviços eficaz de refeições.

h) A **Rede Social** é um programa que visa atingir, na sua essência, duas grandes metas para o Concelho: o combate à pobreza e exclusão social e a promoção da coesão social.

A elaboração da proposta de rede percorreu diversas etapas que serviram para identificar as necessidades e indicar os principais recursos existentes: Pré-Diagnóstico Social Concelhio, Diagnóstico Social e, por último, Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Esta última etapa (PDS), actualmente em fase de operacionalização, constitui-se um espaço de articulação e concertação de esforços na actuação integrada de várias entidades.



Neste documento, encontram-se previstas acções/projectos que visam a (i) promoção do desenvolvimento social, a (ii) prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão, de que são alvo, sobretudo os grupos sociais desfavorecidos e (iii) uma actuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão social.

i) A **Carta Desportiva**, enquanto instrumento estratégico, pretende obter um conhecimento actualizado das instalações e da prática desportiva do Concelho, formalizando uma proposta em termos de reorganização da rede de equipamentos desportivos.

O levantamento e caracterização dos equipamentos desportivos existentes comportam uma extrema importância, uma vez que se tornam decisivos para a definição das necessidades e interesses da população, podendo contribuir de forma decisiva, para a colmatação dos constrangimentos associados à prática desportiva.

Neste âmbito, em coerência com o previsto na Carta Desportiva, o Município de Chaves tem desenvolvido medidas de incremento da promoção do desporto, através de apoios e atribuição de incentivos ao movimento associativo e da construção de recintos desportivos e espaços públicos que permitem a prática de diversas modalidades e a realização de inúmeras iniciativas desportivas.

j) A **Revisão do Plano Director Municipal (PDM)**, cujos estudos contratados em Junho de 2004 ainda decorrem, o seu processo de elaboração será reconduzido à forma prevista na legislação vigente (Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro) e compreenderá os seguintes estudos:

a) Estudo Estratégico de Desenvolvimento Territorial

- i) Diagnóstico Prospectivo – O contexto e as condicionantes para um Modelo de Desenvolvimento do Território;
- ii) Modelo de Desenvolvimento – Os desafios e os eixos gerais de orientação estratégica;
- iii) Iniciativas Estratégicas de curto e médio prazo : definição e consolidação dos percursos de desenvolvimento territorial considerados desejáveis;

b) “Diagnóstico do Plano Director Municipal em vigor e de outros instrumentos existentes de ordenamento do território”, compreendendo:

- (i) O conhecimento das principais transformações territoriais verificadas e o desenvolvimento de alguns indicadores sintéticos de concretização do PDM em vigor;
- (ii) A auscultação, através de entrevistas/reuniões individuais ou de grupo, de diversos agentes intervenientes no desenvolvimento e na gestão do Plano ou na transformação do



território (serviços municipais, juntas de freguesia, gabinetes de projectistas, promotores imobiliários, associações locais, investidores particulares, outros organismos do Estado, etc.);

(iii) A elaboração de um documento de síntese do diagnóstico e de recomendações a ter em conta na revisão do PDM;

c) “Revisão do Plano”, pressupondo as seguintes etapas:

c.1) “Elaboração de estudos de informação e de caracterização do território”, que inclui:

(i) Diagnóstico Sumário – avaliação sintética das principais problemáticas, sensibilidades e expectativas locais;

(ii) Diagnóstico Técnico – caracterização económica e social, caracterização biofísica, caracterização urbana (redes viária, de transportes, de equipamentos, de infra-estruturas, recolha e tratamento de resíduos, etc.), caracterização patrimonial e das dinâmicas de expansão dos aglomerados, entre outras;

(iii) Síntese e validação dos diagnósticos – para definir as condições de passagem da fase do diagnóstico para o projecto de plano de modo a favorecer a vocação do plano como componente instrumental de um processo de desenvolvimento local e de disciplina das condições de utilização do solo.

c.2) “Elaboração de proposta prévia de estruturação da área do plano”, que inclui:

O Estudo Prévio de estruturação da área urbana - representando a primeira formalização do programa de intervenções, decorrendo directamente das questões e das problemáticas identificadas ao nível do diagnóstico e sustentadas na sua síntese e validação. Envolverá, como componentes fundamentais, a definição/clarificação dos princípios, dos objectivos e das opções de estruturação do território e a proposta de um programa de intervenções.

c.3) “Estabelecimento de medidas preventivas” (eventual):

Se a equipa do plano e a autarquia tiverem motivos reais para considerar que, durante o processo de elaboração do mesmo, possam ocorrer transformações que condicionem a prossecução dos objectivos de planeamento.

c.4) “Proposta de Plano Director Municipal”

O conteúdo material e documental deste plano será o previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro e respectiva legislação subsidiária.



C.5) “Modelo de comunicação e de participação”

Relativamente ao modelo de comunicação e de participação adoptado, prevê-se a criação de fóruns de discussão para recolha de informações, opiniões ou propostas que se possam revelar estratégicas para o desenvolvimento dos trabalhos de revisão.

5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL DO TERRITÓRIO

O concelho de Chaves, com uma área de 591,28 Km^{2*}, situa-se na zona de fronteira norte do País, numa posição estratégica de excelência no contexto do noroeste peninsular. Esta localização, associada ao cruzamento de um eixo Norte-Sul que atravessa o País, com o eixo Este-Oeste que liga o litoral ao interior, marca historicamente a sua componente mercantil e de prestação de serviços, com uma influência que extravasa a própria fronteira.

Nas duas últimas décadas, Chaves volta a desempenhar um papel preponderante, desta vez como cidade média no sistema urbano nacional, polarizadora da região do Alto Tâmega e criadora de novas oportunidades.

Na Europa sem fronteiras, Chaves deixou de se posicionar numa situação periférica relativamente ao sistema urbano Português alargando a sua área de influência a uma sub-região transfronteiriça constituída pelos concelhos do Alto Tâmega e Vinhais e pelas Comarcas de Verin, A Limia e Viana, com cerca de 173 mil habitantes (dados de 2001). A sua posição geográfica é ainda reforçada pela confluência de importantes eixos rodoviários, como é o caso do eixo que faz a ligação de Chaves a Viseu passando por Vila Real, Régua e Lamego (A24), do eixo que liga Porto a Braga (A3), que se cruza com a A7 (Póvoa do Varzim - Vila Pouca de Aguiar), e da A52 que liga Vigo a Madrid.

Chaves, encontra-se a uma hora das duas grandes áreas metropolitanas da Euro Região: Porto e Vigo. Constitui-se, por isso importante porta de saída e entrada para a Europa.

No que concerne aos valores naturais que o Concelho encerra, têm sido desenvolvidos esforços no sentido da sua preservação e abordagem numa perspectiva operacional, enquanto veículo de construção de identidade (local e regional) e enquanto recursos predominantemente virados para o exterior.

O rio Tâmega constitui-se como o principal curso fluvial que atravessa o Concelho. Na sua passagem, fecunda a Veiga de Chaves. Este curso de água esteve sujeito a pressões

* Dado Oficial apresentado pelo Instituto Geográfico Português.



antropogénicas, de que se destaca a remoção de inertes, actividade suspensas há poucos anos.

Os bosques ripícolas situados ao longo desta e de outras linhas de água principais (rios e ribeiras) apresentam formações arbóreas importantes para a conservação das margens, de que se destacam os amieiros, os salgueiros e os freixos, bem como de todo o ecossistema em que estas se desenvolvem.

Associadas ao rio Tâmega existem Lagoas que se caracterizam pela presença de ecossistemas e habitats com características singulares, com potencial de colonização por parte de aves e peixes, alguns destes com o estatuto de espécies protegidas ou ameaçadas de extinção, tendo este espaço sido objecto de candidatura a Área de Paisagem Protegida.

O património faunístico e florístico regista alguns endemismos ibéricos.

Os povoamentos florestais são caracterizados por um predomínio do pinheiro-bravo sendo de referir manchas consideráveis de carvalhos e de castanheiro.

A existência de manchas florestais contínuas e extensas, constituídas por espécies não caducifólias, favorece a ocorrência de incêndios grandes e severos. De uma forma geral, o risco de incêndio é elevado para todo o concelho de Chaves, pelo que estão a ser adoptadas estratégias que contrariem esta realidade.

De referir a existência de uma área classificada como Rede Natura 2000, Sítio de Montesinho-Nogueira e ZPE Montezinho-Nogueira. Esta zona inclui vastas áreas de floresta de bosques climácicos, carvalhais, sardoais e matos, dominados por carvalhos e azinheiras. São abundantes e ricos os vales dos cursos de água, com bosques ripícolas de amieiros, salgueiros, choupos e freixos, acompanhados por lameiros - prados permanentes - que ocupam áreas antes ocupadas pelos freixiais. A avifauna global do Sítio é abundante. Tem particular importância pelas aves de habitats de montanha, e as serras têm efectivos de outras espécies.

A diversidade do recurso natural “água” existente no Concelho, que tem vindo a ser potenciado na região, resulta da conjugação feliz de processos que ocorrem quer à superfície quer em profundidade. As águas minerais são uma evidência clara da tectónica de fracturação activa e recente. O grande acidente tectónico que passa em Chaves é indubitavelmente o factor principal. Esta falha de Penacova-Régua-Verin, é uma falha activa com movimento de desligamento e uma extensão longitudinal de cerca de 500 quilómetros, permitindo a sua interligação com outras falhas, a ocorrência de fenómenos hidrogeológicos, tais como nascentes minerais e termais. De referir, a exploração das águas de Campilho e de Salus Vidago na Vila de Vidago, e a exploração das águas das Caldas (hipertermiais



bicarbonatadas, sódicas, gaso-carbónicas, silicatadas e levemente fluoretadas que brotam a uma temperatura de 73 °C), na cidade de Chaves, dotando o Concelho de potencialidades hídricas ímpares no contexto nacional e difícil de igualar no plano internacional.

Outro elemento de destaque é constituído pelo recurso geológico (argilas e granitos) com potencial no que respeita à exploração, transformação e comercialização.

Chaves, posiciona-se assim, como um espaço fundamental em toda a Região no que concerne à biodiversidade e à definição da Estrutura Ecológica Regional.

No aspecto demográfico, verifica-se que o Concelho possui uma marcada tendência de crescimento populacional, e uma capacidade de renovação de gerações, constatando-se que os anos 90 foram assinalados por um aumento de população (com uma variação positiva de 6,7 %), passando de 40.940 habitantes no ano de 1991 para 43.667 em 2001, classificando-o em termos populacionais como o Concelho mais populoso no espaço da NUT III. Dados do INE de 2006 confirmam esta tendência.

Analisando a distribuição populacional pelos principais grupos etários, infere-se que apesar do envelhecimento populacional verificado, que acompanha o comportamento do País, se verifica a existência de uma percentagem representativa de população nos grupos etários mais jovens, correspondentes à população infantil e em idade escolar. No que respeita aos grupos etários que enquadram a população activa (entre os 20 e 64 anos), estes representavam em 2001, mais de metade da população.

Ao envelhecimento populacional que se observa, contrapõe-se o facto de um aumento gradual de população para o Concelho, perspectivado em algumas projecções demográficas para as próximas décadas. O Concelho encontra-se perante um cenário demográfico favorável, alicerçado numa complexa estrutura populacional, em termos etários, sociais e económicos.

A taxa de analfabetismo no Concelho ainda se apresenta elevada, com maior incidência na zonas rurais, sendo de referir o registo da descida percentual do valor deste indicador, seguindo assim a tendência nacional. De registar ainda um valor significativo na taxa de abandono escolar, atingindo este indicador valores mais altos nas freguesias mais periféricas.

O concelho de Chaves, não foge à regra das economias actuais, em que o desemprego tem vindo gradualmente a aumentar. As freguesias integradas na cidade têm taxas de desemprego mais diminutas, o que contrasta com as áreas mais rurais, onde o desemprego atinge níveis mais elevados, o que realça a importância da cidade de Chaves como centro empregador da Região.



O Concelho apresenta taxas de actividade médias, nomeadamente nas freguesias integradas na cidade e na sua periferia, abaixo da média nas freguesias mais distantes, sendo importante referir que, no contexto da região, o Município de Chaves apresenta valores acima da média.

Para os níveis de taxas de actividade contribuem baixos níveis de industrialização desta região e a concentração da população em actividades do sector primário de cariz familiar.

Comparando as taxas de actividade entre 1991 e 2001 constata-se que Chaves apresenta uma evolução positiva com uma variação de 3,8 durante este período, o que demonstra uma tentativa de inverter este cenário.

As freguesias predominantemente urbanas apresentam uma terciarização muito elevada, baseado numa lógica de concentração de actividades de apoio à área envolvente (nomeadamente serviços administrativos e comércio), enquanto que na maioria das freguesias predominantemente rurais se denota a existência de níveis elevados de empregados no sector primário. O sector secundário apresenta uma importância diminuta.

A nível geral e no que à qualificação profissional diz respeito, destaca-se a existência de um número muito elevado de operários, bem como de trabalhadores da área dos serviços e vendas, o que vem em consonância com o referido anteriormente sobre o processo de terciarização. É nas freguesias centrais que estes valores se destacam, bem como a concentração de profissões intelectuais e científicas.

O peso dos trabalhadores não qualificados e operários é relevante, em especial nas freguesias mais rurais.

A população empregada de Chaves tem maioritariamente o ensino básico, sendo que a população empregada sem grau de ensino é ainda relativamente elevada (3%).

A população com ensino superior é considerável, ficando este valor a dever-se, principalmente, às classes etárias entre os 25 e os 40 anos, revelando-se assim uma população jovem qualificada e uma população mais idosa com pouca qualificação.

Relativamente ao parque habitacional, verificou-se que no período compreendido entre as décadas de 40 e 50, a dinâmica construtiva não foi suficiente para colmatar as exigências habitacionais de um crescimento contínuo da população, situação que já se verificava nos períodos precedentes. A partir da década de 70, essa tendência inverteu-se e a expansão do parque habitacional superou, em termos absolutos e relativos, a evolução da população. Esse carácter foi mais evidente na década de 80, dado que se verificou um decréscimo populacional de 10,8% da população e um acréscimo de 30,7% do parque habitacional. Nos



anos noventa, já se verificou uma aproximação relativa entre o crescimento da população do crescimento do número de alojamentos.

Chaves, enquanto pólo regional de importância estruturante em Trás-os-Montes, conta com um serviço de saúde diversificado, tanto ao nível de cuidados primários, como especializados. O Hospital de Chaves (hospital público) tem uma área de influência supra municipal, recebendo os doentes oriundos dos concelhos adjacentes, principalmente Montalegre, Boticas e Valpaços.

O concelho de Chaves dispõe, no que diz respeito aos cuidados de saúde primários, de dois centros de saúde que se localizam na Cidade, estando activa uma extensão de saúde em Vidago.

O Concelho tem fortes potencialidades nos diversos sectores de actividade, devendo ser desenvolvido o aproveitamento das suas dinâmicas que se configuram claramente positivas, e se constituem ao mesmo tempo, sinais de esperança e oportunidade, que importa não desperdiçar.

Verifica-se que o sector primário é débil, apesar dos sinais de mudança que tem vindo a surgir nos últimos anos, com a diminuição do minifúndio e o desaparecimento de várias explorações que exerciam a sua actividade em pequena propriedade. No sector secundário observa-se que das empresas com sede na Região se destacam as ligadas à construção, sendo ao nível do sector terciário as relacionadas com o comércio por grosso e a retalho e restauração as mais representativas (censos 2001).

Ao nível do saneamento básico, e no que se refere à componente do abastecimento de água, a generalidade da população encontra-se ligada à rede geral de abastecimento, indo de encontro às metas estabelecidas na Directiva Quadro da Água.

Já no que se refere à cobertura existente do sistema de drenagem de águas residuais, esta representa 68% da população residente, valor acima da média nacional, mas abaixo dos objectivos estabelecidos.

O sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos é garantido pela RESAT. A recolha indiferenciada é feita em todo o Concelho. A recolha selectiva ainda não abrange todos os aglomerados do Concelho, e em especial os aglomerados rurais de pequenas dimensões.

O património construído e cultural releva para a importância da Região. Destaca-se a Ponte de Trajano que se configura num ex-líbris da Cidade, alguns monumentos da idade média e período das guerras da restauração e a construção castreja existente na Região.

Para além do património enunciado de forma isolada é de destacar o valor patrimonial dos centros Históricos de Chaves e Vidago, bem como dos aglomerados rurais identificados no



Plano Director Municipal. É no âmbito do património que o Concelho se destaca pela componente histórica que encerra, da qual sobressai o legado Romano e Medieval.

Neste contexto, Chaves, devido à privilegiada localização geo-estratégica no contexto regional, e à sua inquestionável capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, turismo, lazer, hotelaria, restauração, logística dos transportes, fileiras agro-alimentar e florestal e a oferta de produtos específicos, assume e reforça a sua histórica vocação.

Regista-se a dependência do transporte individual para a satisfação das necessidades de mobilidade da população no Concelho. Com efeito, o automóvel ligeiro particular é o modo escolhido para a realização da maioria das viagens.

O sistema de transportes públicos no município de Chaves é assegurado, a nível intraconcelhio, por um operador privado “Auto Viação do Tâmega”, e segue uma malha que irradia, desde o nodo central que constitui a cidade, em direcção à periferia do concelho. Ao nível da área urbana o sistema de transportes públicos é assegurado pela empresa municipal responsável por este sector, com circuitos que cobrem grande parte desta área.

A rede rodoviária principal que serve o concelho de Chaves é constituída pela A24 e estradas ER314, EN213 e EN103. A ER314 assegura a ligação longitudinal de Chaves ao IP4 em Murça e a EN103 estabelece a ligação do Concelho a Bragança. A EN213 liga o Concelho a Valpaços e Mirandela.

6. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007- 2013

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), tal como definido na Resolução de Conselhos de Ministros (RCM) nº 25/2006 de 10 de Março, constitui o documento que apresenta as prioridades estratégicas e operacionais para o período de programação 2007-2013 dos Fundos Estruturais e de Coesão em Portugal, vindo substituir, num novo modelo, os anteriores Quadros Comunitários de Apoio. Este instrumento servirá de enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, funcionando como um documento de direcção estratégica e operacional.

A elaboração deste instrumento estratégico (QREN) e correspondentes eixos prioritários, foram traçados e articulam-se com um conjunto de outros programas relevantes de natureza estratégica, dos quais se destacam pela sua transversalidade, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego



(no âmbito da Estratégia de Lisboa), o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional para a igualdade, o Plano Tecnológico e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Caracterização geral do QREN:

a) Âmbito

Define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007 -2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais.

b) Desígnio

Qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio -cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

c) Prioridades Estratégicas

c.1) **Promover a qualificação dos portugueses**, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;

c.2) **Promover o crescimento sustentado** através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

c.3) **Garantir a coesão social** actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;

c.4) **Assegurar a qualificação do território e das cidades** traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos



naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;

c.5) **Aumentar a eficiência da governação**, privilegiando, através de intervenções transversais nos programas operacionais relevantes, os objectivos de modernização das instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

d) **Princípios orientadores do QREN e dos programas operacionais:**

d.1) A **concentração das intervenções**, dos recursos e das tipologias de acção, especialmente prosseguida através da consagração de um número reduzido de programas operacionais temáticos e de uma estruturação temática dos programas operacionais regionais do continente, que propiciam o estabelecimento de sinergias e complementaridades entre instrumentos de política pública, e, bem assim, de lógicas de atribuição de recursos e de priorização de domínios de actuação directamente associadas às prioridades estratégicas a prosseguir;

d.2) A **selectividade** e a **focalização** dos investimentos e acções de desenvolvimento, a concretizar pela utilização de critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas que efectivamente contribuam para a prossecução da estratégia de desenvolvimento adoptada;

d.3) A **viabilidade económica** e a **sustentabilidade financeira** das actuações dirigidas à satisfação do interesse público, através da consideração dos respectivos efeitos sobre a despesa pública actual e futura;

d.4) A **coesão** e a **valorização territoriais** que potenciem os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental de cada região e as suas diversificadas potencialidades de desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado do País;

d.5) A **gestão** e **monitorização estratégica** das intervenções, que garanta a prossecução eficiente e eficaz do desígnio e da orientação estratégica definidos e propicie condições para que a selecção de candidaturas aos programas operacionais tome em particular atenção os seus contributos para a prossecução das metas e prioridades estratégicas estabelecidas.

e) **Prossecução/execução**

e.1) Através da concretização de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

e.2) Com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013,



f) **Agendas Operacionais Temáticas**

f.1) Agenda Operacional para o **Potencial Humano**, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Esta Agenda integra as seguintes grandes vertentes de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

f.2) Agenda Operacional para os **Factores de Competitividade**, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Esta Agenda compreende, como principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

f.3) Agenda Operacional para a **Valorização do Território** que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Esta Agenda acolhe como principais domínios de intervenção o Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, a Protecção e Valorização do Ambiente, a Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.



g) Programas Operacionais Temáticos

Programas Operacionais	Co-Financiamento
Potencial Humano	Fundo Social Europeu (FSE), com incidência territorial correspondente ao território continental;
Factores de Competitividade	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com incidência territorial nas regiões correspondentes às NUTII: Norte, Centro e Alentejo;
Valorização do Território	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo de Coesão (FC) com incidência territorial nas regiões correspondentes às NUTII (Norte, Centro e Alentejo) no que respeita às operações co-financiadas pelo FEDER, e com incidência territorial nacional no que se refere às operações co-financiadas pelo FC.

h) Programas Operacionais Regionais

Do Continente		Das Regiões Autónomas	
- Norte	Co-financiados pelo	- Açores	Co-financiados pelo Fundo
- Centro	Fundo Europeu de	- Madeira	Europeu de Desenvolvimento
- Lisboa	Desenvolvimento		Regional e pelo Fundo Social
- Alentejo	Regional		Europeu.
- Algarve			

i) Programas Operacionais de Cooperação Territorial

Programas Operacionais	Co-Financiamento
- Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo)	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu
- Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias)	
- Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional	

j) Programas Operacionais de Assistência Técnica

Dois PO de assistência técnica, co-financiados respectivamente pelo FEDER e pelo FSE, com incidência territorial nacional.



7. PROCESSO PARTICIPATIVO E OBJECTIVOS DE REFERÊNCIA PARA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO MUNICÍPIO

7.1 PROCESSO PARTICIPATIVO

a) Âmbito Técnico:

Dando cumprimento às orientações superiores, todas as unidades orgânicas da Autarquia foram envolvidas no sentido de formularem as suas propostas/sugestões sobre os objectivos a prosseguir no horizonte temporal definido, em prol de um adequado desenvolvimento municipal, e os projectos e acções que melhor concretizariam tais objectivos.

Reunidas as referidas contribuições foram as mesmas articuladas com as provenientes de outros âmbitos participativos e integradas no documento preliminar que foi presente em reunião de Câmara de 8 de Novembro de 2007.

b) Âmbito Político:

A nível superior foram promovidos contactos com os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, com os Presidentes de Junta, bem como com as associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais, para que formulassem as suas propostas de estratégia e respectivos projectos/acções relevantes a incluir neste documento.

De referir, que as contribuições elaboradas pelos partidos políticos e Presidentes de Junta, foram apresentadas por escrito, através de ofícios enviados ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara, e as contribuições das restantes entidades foram recolhidas em reuniões levadas a cabo por iniciativa da autarquia. O resultado do referido processo participativo consta neste documento no Anexo 3 (Processo Participativo/contributos).

7.2 OBJECTIVOS DE REFERÊNCIA

A concretização do desígnio de posicionar o Município de Chaves na trajectória do desenvolvimento sustentado, pressupõe um programa de acção diversificado, direccionado para a concretização de acções e projectos sustentáveis e assumidos pelos diversos agentes/promotores (locais ou externos), baseado nos recursos locais e na cooperação externa, em estreita articulação com a estratégia nacional e regional.



Neste contexto, são objectivos de referência geral:

- a) Promover a qualificação dos cidadãos e o aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão;
- b) Apoiar as iniciativas e acções que visem a internacionalização e a preparação das empresas para a competição global;
- c) Induzir a sustentabilidade dos sistemas de protecção social com preocupação de integração e coesão;
- d) Gerir de forma eficiente os recursos e proteger e valorizar o ambiente, com adopção de soluções energéticas mais eficientes e menos poluentes;
- e) Pugnar pela conectividade territorial e pela valorização equilibrada do território;
- f) Reforçar a cooperação regional, nacional e internacional;
- g) Melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos.

8. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO MUNICÍPIO, OBJECTIVOS SECTORIAIS E PROJECTOS/ACÇÕES

8.1 PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DOS CIDADÃOS

a) Orientação nacional

Com a qualificação dos cidadãos visa-se essencialmente “desenvolver e estimular o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade”. (QREN, 2007)

Esta prioridade assume-se como factor determinante para o desenvolvimento sustentável da economia, promovendo a convergência das qualificações dos nossos recursos humanos com os níveis que se observam na generalidade dos países da União Europeia. É também essencial como medida de inclusão social, estimulando uma aprendizagem mais abrangente e diversificada ao longo da vida, pois só desta forma se promoverá a aquisição de novas competências e uma maior capacidade de adaptação aos novos desafios da mobilidade e transformação da natureza do trabalho.

b) Competências municipais

Esta prioridade estratégica pode ser operacionalizada ao nível local ao abrigo das atribuições municipais tipificadas nas alíneas d) e e), do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99,



de 14 de Setembro, no âmbito dos domínios da “Educação” e do “Património, cultura e ciência”, nos termos das competências previstas, respectivamente, nos artigos 19º e 20º da referida Lei.

8.1.1 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário

Ensino Profissional

Ensino Superior

8.1.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Instalações de Ensino Superior recentemente construídas (Outeiro Seco);
- Dinâmica de afirmação progressiva da Escola Superior de Enfermagem, criada por concertação de iniciativas locais;
- Carta Educativa homologada;
- Ensino Profissional com oferta de formação diversificada;
- Centro de Formação Profissional com adequadas instalações e capacidade de oferta formativa;
- Aumento das taxas de escolarização;
- Concentração crescente de alunos na vida activa;
- Intercâmbio de experiências com a Galiza.

b) Pontos Fracos

- A rede escolar apresenta, ainda, alguns problemas, tais como a dispersão, alguma falta de condições em escolas do meio rural e casos de sobrelotação de alguns estabelecimentos de ensino na área urbana;
- Incapacidade das creches para responder à procura verificada;
- Falta de condições em alguns estabelecimentos dos 2º e 3º ciclos e secundário, e carência de alguns equipamentos desportivos;
- Onerosidade na manutenção dos serviços de transportes escolares decorrente da conjugação de factores como a dispersão territorial, a baixa densidade e as condicionantes físicas de conectividade da rede viária;
- Pouca expressão da implantação do Ensino Superior, quer no que respeita à quantidade de cursos, quer ao número de alunos;
- Ausência de um espaço de divulgação da ciência e tecnologia, de forma interactiva.



c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- A candidatura a vários fundos comunitários permitirá a reorganização da rede escolar do ensino básico;
- Evolução da Escola Superior de Enfermagem para Escola Superior de Tecnologias de Saúde;
- Consciência local generalizada da importância da construção de um Instituto Politécnico;
- Potencial estratégico e populacional para a criação, no município de Chaves, de um espaço de ciência e tecnologia com abrangência regional.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- A estratégia “concentracionista” dos cursos superiores em campus universitários unipolares, como medida de sustentabilidade económica do modelo e defesa do conceito de “ massa crítica”;
- Política de financiamento das Escolas Profissionais, que conduz a graves estrangulamentos financeiros.

8.1.1.2 Objectivos

Ensino Pré-escolar, Básico, Secundário e Profissional

- Reordenar a rede escolar do ensino básico, através da implementação dos projectos previstos na Carta Educativa;
- Apoiar a requalificação dos estabelecimentos e equipamentos escolares do 2º e 3º ciclos e secundário;
- Potenciar a relação entre o tecido empresarial e os activos qualificados pelo ensino profissional.

Ensino Superior

- Reforçar o envolvimento e a cooperação institucional com vista a consolidar e fortalecer o ensino superior em Chaves.

Ciência

- Prover o Concelho de um espaço de divulgação da ciência e tecnologia.

Actividades Extracurriculares

- Desenvolver projectos de carácter pedagógico e apoio ao desenvolvimento da aprendizagem.

8.1.1.3 Projectos/acções

Ensino Pré-escolar, Básico, Secundário e Profissional

- Criação de mini centros escolares em meio rural, mediante a reconstrução, ampliação e



beneficiação de escolas existentes;

- Construção de Centros Escolares de raiz (Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, Vidago e Madalena);
- Consolidação do ensino profissional, através da adaptação da escola às novas exigências do mercado laboral, com apoio nas novas tecnologias e com fortalecimento da componente laboratorial (contexto real de trabalho/ ligação às empresas);
- Dinamização da Escola Transfronteiriça das Artes e Ofícios do Nordeste Peninsular.

Ensino Superior

- Reforço, qualificação e/ou integração do sector associativo/cooperativo, através da transformação da Escola Superior de Enfermagem em Escola Superior de Saúde;
- Criação de Bolsas e Programas de apoio para estudantes do ensino superior (como incentivo ao envolvimento de investigadores para o futuro Parque Tecnológico de Chaves).

Ciência

- Construção do centro “Ciência Viva”.

Actividades Extracurriculares

- Implementação de programas e actividades na área das línguas, artes, tecnologias, desporto, ambiente e cidadania;
- Promoção de actividades na Quinta Biológica/Pedagógica da Quinta do Rebentão destinadas ao ensino pré-escolar e 1º ciclo.

8.2 PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO SUSTENTADO

a) Orientação nacional

Com a promoção do crescimento sustentado pretende-se, proceder a um “aumento da competitividade dos territórios e das empresas, a uma redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, a uma qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e a uma atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante”. (QREN, 2007)

Para a concretização desta prioridade estratégica, pretende-se que reforço da competitividade e a melhoria da produtividade da economia passem pela materialização de várias acções respeitantes à (i) projecção de valores dos sectores económicos tradicionais, e conseqüente capitalização, através da incorporação de inovação e tecnologia nos produtos e processos produtivos, reforçando assim, a clusterização em domínios chave do



tecido económico através da criação de redes de interacção e cooperação empresarial, (ii) à promoção do empreendedorismo que gere inovação e competitividade empresarial, (iii) à atracção de novos investimentos qualificantes, (iv) à promoção e valorização dos comportamentos empresariais que tenham em atenção uma gestão eficiente dos recursos naturais, (v) à dinamização do sistema científico e tecnológico e conseqüente desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

b) **Competências municipais**

Esta prioridade estratégica pode ser operacionalizada ao nível local ao abrigo das atribuições municipais tipificadas nas alíneas n) e q), do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, no âmbito dos domínios da “Promoção do Desenvolvimento” e da “Cooperação Externa”, nos termos das competências previstas, respectivamente, nos artigos 28º e 31º da referida Lei.

8.2.1 **PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

Turismo e Termalismo
 Actividades económicas
 Floresta
 Recursos Naturais
 Inovação Tecnológica

8.2.1.1 **Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial**

a) **Pontos Fortes**

- Posição dominante do município de Chaves no sector do turismo, à escala regional, sendo manifesto o potencial do termalismo, do património cultural, arquitectónico/arqueológico, ambiental e paisagístico;
- Proximidade a espaços naturais classificados, de âmbito nacional, e presença de espaços integrados em Rede Natura 2000;
- Grande capacidade hoteleira instalada (posição dominante na região) incluindo várias unidades de elevada qualidade, de que se destaca Forte de S. Francisco, em Chaves e Hotel Palace, em Vidago;
- Existência de unidades de elevada qualidade na modalidade de Turismo em Espaço Rural, quer no que respeita ao valor patrimonial arquitectónico e paisagístico quer no que respeita ao serviço;
- Projecção internacional das estâncias termais (segmento terapêutico) e progressiva



afirmação de Chaves/Vidago no produto turístico – Turismo da Saúde e do Lazer Termal – em reforço com os recentes investimentos;

- Existência de uma agenda cultural com uma programação consistente e regular de eventos de elevada qualidade, articulando também actividades de exploração da natureza e promoção da gastronomia;

- Existência de fáceis acessibilidades rodoviárias, face à recente conclusão da A24, que estabeleceu a conexão com os eixos de auto estradas nacionais e transnacionais;

- Existência de um Centro Histórico com grande valor patrimonial individual e de conjunto com alguns destaques notáveis de arquitectura civil, militar e religiosa;

- Riqueza etnográfica com potencial de recurso turístico, manifestada nas festas populares, nos trajes regionais, nas procissões, na música tradicional, nas romarias;

Existência de uma forte tradição gastronómica local associada aos produtos regionais locais;

- Consciência local generalizada da importância da qualificação dos recursos humanos, sendo de salientar a existência do curso superior de Recreação, Lazer e Turismo na UTAD e dos cursos profissionais de hotelaria na Escola Profissional;

- Posição dominante de Chaves no sistema urbano regional, enquanto pólo de actividades económicas, de prestação de serviços e de cultura;

- Significativo potencial de autocontenção da cidade de Chaves, (capacidade de conter a população activa) face à realidade envolvente regional associado ao poder centrípeto de Chaves em relação aos concelhos periféricos com menor capacidade económica;

- Existência de boas condições para a localização empresarial, resultantes da recente construção das infra-estruturas do Parque Empresarial de Chaves (Parque de Actividades, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística);

- Papel do sector primário no desenvolvimento da economia local com produtos agrícolas e agro-industriais de qualidade;

- Algum poder produtivo da Indústria extractiva e transformadora no sector das pedras ornamentais e dos barros;

- Jazigo importante de argilas na Bacia de Chaves, com aproveitamento na indústria do barro vermelho;

- Os granitos, as areias e argilas destacam-se como recursos geológicos com grande valor económico;

- Aumento dos serviços a empresas e da terciarização da economia;

- Potencial do ensino superior enquanto gerador de I&D;

- Expansão da indústria agro-alimentar assente em produtos tradicionais locais de qualidade;



- Posição privilegiada, quer em relação à Espanha, quer em relação a Trás-os-Montes, da unidade de transformação do sector do leite;
- Maior atracção da possível instalação de empresas devido à melhoria das acessibilidades e equipamentos contrapondo a saturação existente no litoral;
- Actividade agrícola com forte carácter rural, preservando as tradições, o que permite manter a qualidade e genuinidade dos produtos regionais, com destaque para os produtos hortícolas e produção de carne;
- Existência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Existência de áreas com elevado/moderado potencial florestal;
- Dimensão considerável dos baldios;
- Presença significativa do movimento associativo;
- Presença significativa de investimento com participação pública;
- Pinheiro bravo de qualidade;
- Ocorrência de águas hidrominerais e hidrotermais, com o engarrafamento e comercialização, sendo ainda usadas em estâncias termais e aproveitamentos geotérmicos;
- A Veiga de Chaves é uma unidade fértil, permitindo um uso agrícola diversificado;
- Elevado potencial dos recursos naturais e cinegéticos.

b) Pontos Fracos

- Baixa qualificação profissional dos recursos humanos activos no sector do turismo e falta de certificação de serviços e instalações;
- Fraca divulgação de rotas e produtos existentes e deficiente sinalética relacionada com os produtos culturais e turísticos;
- Insuficiente desenvolvimento de cultura turística e incipiente actividade de empresas de animação turística;
- Dificuldade de uma significativa percentagem de unidades de comércio tradicional se modernizar e se tornar competitivo;
- Diminuta valorização e aproveitamento dos recursos agro-florestais e turismo rural face ao potencial existente;
- Alguma incompatibilidade de convivência/usos no Centro Histórico entre a componente residencial e as actividades de restauração e similares (bares), durante o período nocturno;
- Incipiente actividade e diminuta promoção na componente do turismo de negócios e de congressos face ao potencial da oferta existente;
- Grande dificuldade em encontrar estratégia eficazes para contrariar o fenómeno de sazonalidade na procura dos recursos turísticos locais;



- Alguma influência negativa na imagem da cidade, condicionadora do potencial turístico do Centro Histórico, decorrente da desqualificação urbanística das áreas periurbanas;
- Horários de funcionamento dos museus e monumentos inadequados às necessidades e hábitos de consumo dos turistas/visitantes;
- Falta de material informativo em vários idiomas e escassa sinalética de orientação e de interpretação dos lugares e do património de interesse turístico;
- Êxodo rural e envelhecimento populacional, associado à perda da valorização económica da actividade agrícola;
- Reduzida dimensão das parcelas agrícolas, na zona da Veiga de Chaves, com consequências nos na produtividade e competitividade;
- As limitações do uso da terra, aliadas ao uso não adequado do solo, originam baixas produtividades;
- Falta de uma estrutura promotora da valorização das actividades económicas e pouca capacidade de iniciativa empresarial para a fomentar;
- Fraca capacidade empresarial de empreendedorismo em inovação de produtos de elevado valor acrescentado;
- Índice de diversidade de actividades com valores consideráveis apenas no centro urbano e nos novos núcleos de Vidago e Outeiro Seco;
- Perda de influência progressiva das remessas de emigrantes como factor de sustentação da dinâmica de desenvolvimento local;
- Tecido empresarial com estruturas de gestão pouco qualificadas e com dificuldade de estabelecer parcerias organizadas na conquista de novos mercados;
- Reduzido número de empresas com capacidade de geração de emprego, especialmente de mão-de-obra qualificada e de quadros técnicos médios/superiores;
- Sector florestal com dificuldade em se organizar para rentabilizar de forma sustentável o potencial dos recursos existentes;
- Ausência de parques de ciência e tecnologia e de centros de prestação de serviços avançados a empresas;
- Poucas oportunidades de emprego nas áreas de TIC em SIC (Serviços Intensivos em Conhecimento);
- Transformação dos recursos naturais existentes efectuada fora do concelho e sua exploração por empresas com sede no litoral;
- Dispersão da oferta e a organização frágil dos sectores produtivos dificultam a promoção dos produtos, bem como o seu escoamento e comercialização;
- Reduzida diversidade do coberto vegetal, com predomínio das espécies resinosas, associada ao diminuto valor económico e rentabilização da espécie;



- Elevado número de ocorrências de incêndios e de área ardida;
- A zona sul do Concelho e a mata de Faiões/São Julião de Montenegro apresentam grandes manchas de pinheiro bravo (elevada continuidade) e fraca ou mesmo inexistente gestão de combustível;
- Deficitária rede de pontos de água de apoio ao combate aos incêndios florestais e deficiente rede de equipamento de apoio ao combate a incêndios;
- Deficiente ordenamento e valorização dos espaços florestais e ausência de uma rede de recolha e transformação do material arbustivo;
- Inexistência de cadastro, dificultando o cumprimento das orientações constante no Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, nomeadamente: promover a gestão das Faixas de Redução de Combustíveis em torno dos aglomerados populacionais, habitações isoladas, outras edificações, etc;
- Abandono dos terrenos agrícolas e florestais associado à fraca promoção da limpeza da floresta na periferia dos aglomerados urbanos;
- Propriedade privada fragmentada – dificuldades na aplicação de estratégias de ordenamento florestal;
- Elevada área ardida no concelho, má qualidade da reflorestação e presença de problemas de fitossanidade e de solos com baixa aptidão florestal;
- Gestão da área florestal com falta de meios e insuficiente número de brigadas florestais, falta de limpeza e desbaste da área florestal, o que originou um crescimento do número de incêndios;
- Tendência para a degradação e ocupação urbana dos solos agrícolas, com particular impactes na Veiga de Chaves;
- Uso e ocupação dos solos que excedem extensamente a esfera de aptidão agrícola elevada e intermédia;
- Pressão urbanística e agrícola das zonas de exploração do barro, pondo em risco o aproveitamento integral das reservas existentes e limitando a sua expansão;
- Dificuldades de drenagem das águas pluviais nas zonas de exploração do barro;
- Contribuição das pedreiras para a descaracterização da paisagem;
- Fraco conhecimento geológico-estrutural dos recursos geológicos.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Melhorar as acessibilidades rodoviárias de âmbito regional (ligações entre a rede de cidades da NUTIII) e a sua ligação com os demais eixos estruturantes;
- Melhorar as acessibilidades aéreas, mediante a construção de um Aeródromo para prevenção e combate de fogos florestais, apoio ao turismo e à actividade empresarial;
- Promover medidas para melhorar as condições do excursionismo de dimensão



transfronteiriça, tendo em vista aumentar os índices de ocupação do parque hoteleiro e incrementar as actividades associadas;

- Promover o turismo integrado, através da articulação das actividades do turismo termal e o turismo cultural, devidamente monitorizado e programado, extensivo à região do Alto Tâmega e aos concelhos Galegos confinantes;
- Apostar no desenvolvimento de estratégias de marketing e de organização em rede na promoção do turismo cultural e de negócios/congressos;
- Apostar de forma sistemática e contínua na reabilitação urbana das áreas periféricas da cidade, no sentido de a tornar mais funcional e de melhorar a imagem global da cidade;
- Apostar no segmento do turismo cultural com base no recurso do património cultural, da diversidade da paisagem e da qualidade ambiental da região;
- Desenvolver estudos de marketing para renovar o imaginário e o misticismo associado à imagem de Trás-os-Montes, lugar inóspito e bucólico mas acessível; rude e agreste, mas acolhedor e confortável; histórico e primitivo, mas com urbanidade contemporânea;
- Incentivar a reabilitação dos núcleos tradicionais dos aglomerados rurais mais emblemáticos e enquadrados com a paisagem, como um factor de incremento do Turismo em Espaço Rural;
- Apoiar a promoção da animação turística ligada às actividades e produtos agrários de qualidade da Região;
- Criar novas rotas turísticas para resposta à sofisticação da procura, com novos padrões de consumo e motivações, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental;
- Desenvolver estratégias de promoção turística da região articuladas com os projectos estruturantes previstos para o concelho: Casino de Chaves e Projecto Aqanattur;
- Prosseguir na afirmação de chaves no segmento do turismo da saúde e bem-estar incrementando, renovando e ampliando as respectivas instalações tendo por base o potencial do recurso natural energético da geotermia;
- Aproveitar a posição estratégica actual de Chaves, decorrente da construção da A24, como Plataforma Logística nos fluxos entre o litoral e a Europa;
- Fomentar a integração, coesão e cooperação transfronteiriças através da participação em redes alargadas e, simultaneamente, através da gradual implementação da Eurocidade Chaves/Verin;
- Prosseguir a construção em Chaves de novos equipamentos culturais e desportivos de âmbito regional, como medida de reforço da urbanidade na rede de cidades;
- Articular estratégias de complementaridade/cooperação, tendo em conta os avultados investimentos no sector turístico, quer na região do Douro, quer no concelho de Chaves,



no sentido de posicionar toda a região do Douro e Trás-os-Montes na rota do turismo internacional;

- Promover o apoio ao desenvolvimento das potencialidades da indústria alimentar e extractiva e do sector primário, no sentido de aumentar o emprego e volume de negócios dentro do contexto da Região Norte;
- Apoiar e incentivar a criação, exploração e comercialização de produtos regionais de qualidade certificada, com potencial para alcançar mercados internos e externos;
- Fomentar a cooperação institucional, no sentido de afirmar e fortalecer a presença do ensino superior em Chaves, em articulação com outros centros de inovação e de conhecimento;
- Promover medidas de apoio à ciência, à tecnologia e à cultura, mediante a constituição de parques tecnológicos e ninhos de empresas;
- Reestruturar e reforçar as organizações promotoras do desenvolvimento regional, no sentido de potenciar a capacidade de captar investimento para o concelho;
- Fomentar o aproveitamento da fileira das águas minerais, dada a existência de termalismo, de forma a criar uma fileira de serviços;
- Conceber um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Eurocidade Chaves/Verin, delineador do ordenamento territorial, do aproveitamento dos recursos, da organização e dinamização empresarial e da coesão social;
- Apostar na internacionalização do Parque Empresarial de Chaves e, simultaneamente, na melhoria das condições de acolhimento e de instalação das empresas, incrementando e modernizando as infra-estruturas;
- Apostar na reflorestação das áreas ardidadas, promovendo a sucessão natural, a requalificação dos solos, valorizando, ao mesmo tempo, outros recursos (composto ou lamas de ETAR), promovendo a multifuncionalidade da floresta, conservando os recursos genéticos e assim, potenciar o lazer, a caça ou a silvopastorícia;
- Elaborar planos estratégicos de gestão florestal com vista à futura valorização energética da biomassa;
- Promover a realização de programas de monitorização das florestas e de infra-estruturas de combate aos incêndios;
- Promover e apoiar a realização de campanhas de sanidade patológica das áreas florestais e de esclarecimento do produtor e dos empresários do sector madeireiro;
- Fomentar e apoiar o movimento associativo e de conversão de terras sem potencial agrícola em áreas florestais de qualidade;
- Promover a certificação da gestão do pinheiro bravo como garantia de eficiência e valorização do pinho.



- Promover e apoiar a organização da produção de castanha e mel;
- Incentivar a recuperação ou beneficiação da rede viária interna florestal e apoiar as acções de reconhecimento dos limites da propriedade;
- Melhorar a profissionalização e a qualificação organizativa nas actividades de valorização e aproveitamento de recursos agro-florestais e de turismo rural.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- A desqualificação urbana de algumas áreas periféricas da cidade e o constrangimento económico para contrariar a degradação do edificado privado do Centro Histórico, partes que consubstanciam a “imagem da cidade” enquanto recurso turístico;
- A dificuldade de organização e promoção da comercialização de produtos regionais nos mercados fora da região e do País;
- A progressiva debilitação da base económica tradicional da região, sem alternativas sustentáveis, associado ao despovoamento dos territórios rurais e fluxos migratórios dirigidos às áreas metropolitanas;

O custo da profissionalização e qualificação organizativa nas actividades de valorização e aproveitamento de recursos ligados ao turismo rural;

- A fraca competitividade de toda a Região Norte e a significativa vulnerabilidade e precariedade de emprego e desequilíbrio social associado;
- A pouca capacidade de fixar (e de atrair) população e de valorizar eficazmente os recursos e as actividades económicas locais;
- A fraca diversidade economia e a diminuta capacidade de atrair investimentos de grande escala, em parte devido à baixa densidade populacional e à diminuta mão-de-obra especializada;
- Os índices de poder de compra dificultam o crescimento económico;
- A concorrência de empresas externas à sub-região com níveis de produtividade e competitividade elevados;
- A elevada concorrência da Espanha e França na produção e distribuição de produtos agrícolas;
- A pressão urbanística sobre solos com potencial agrícola, em particular em áreas do perímetro do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves e demais áreas abrangidas pelos sistemas de regadio recentemente concluídos, pode constituir o condicionalismo à reconversão do sector agrícola;
- A existência de manchas florestais contínuas e extensas, constituídas por espécies não caducifólias, favorece a ocorrência de incêndios grandes e severos, ao mesmo tempo que define os núcleos florestais mais carentes de atenção;
- O crescente aumento do risco de incêndio devido ao avanço das infestantes, à incorrecta



reflorestação e à deficiente gestão particular da floresta;

- A florestação monofuncional, que não constitui qualquer mais-valia, quer em termos de biodiversidade quer em termos de economia;
- A intensiva e extensiva recolha desregrada de cogumelos naturais sem a promoção de campanhas de sensibilização dos seus impactes.
- A degradação do potencial agrícola dos solos, designadamente na Veiga de Chaves;
- O custo da profissionalização e qualificação organizativa nas actividades de valorização e aproveitamento de recursos agro-florestais.

8.2.1.2 Objectivos

A estratégia do Município de Chaves na Promoção do Desenvolvimento passa por criar condições de acolhimento empresarial em moldes competitivos, melhorar a urbanidade em geral, salvaguardar e promover o património com potencial turístico, potenciar o aproveitamento dos recursos naturais, fomentar a qualificação do emprego, a inovação e a tecnologia, bem como a atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante. Neste contexto se enquadram os seguintes objectivos:

Turismo e Termalismo

- Promover o desenvolvimento sustentável do turismo;
- Articular o sector “ Saúde ”, com o “ Termalismo ” e o “ Turismo ” como um vector estratégico de desenvolvimento do Concelho;
- Afirmar o Concelho como destino turístico;
- Fomentar o desenvolvimento dos produtos PENT: Turismo de Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos, Touring Cultural e Paisagístico e golfe;
- Melhorar a utilização das potencialidades hídricas do Concelho;
- Promover eventos culturais de referência com âmbito internacional como: FESTIMAGE, Bienal de Arte Jovem, Salão do Inventor, Saberes e Sabores e Festa/Feira dos Santos;
- Valorizar os produtos locais.

Actividades Económicas

- Dinamizar o Parque Empresarial de Chaves nas suas diversas valências;
- Apostar no desenvolvimento de actividades relacionadas com a logística (aproveitando as condições excepcionais do novo Parque Empresarial);
- Promover o desenvolvimento do Concelho, criando condições para a implantação de actividades económicas;
- Criar condições para o desenvolvimento de actividades relacionadas com exposições de eventos e feiras;



- Promover o desenvolvimento de actividades industriais e de prestação de serviços relacionados com a água, o ambiente, a saúde, o turismo e as agro-indústrias.

Floresta

- Prever o incremento de medidas para o combate e prevenção de incêndios florestais.

Recursos Naturais

- Reduzir os impactes ambientais negativos provocados pela exploração dos recursos naturais;
- Caracterizar o potencial dos recursos naturais e identificar formas de promover o seu aproveitamento.

Inovação Tecnológica

- Incentivar instituições de ensino superior e de I&D a desenvolverem uma lógica de interacção entre esses sectores/actividades – consolidando-se como agentes de inovação e de empreendedorismo com relevância para a economia regional;
- Reforçar a cooperação institucional para o estabelecimento de parcerias (públicas e/ou privadas) tendo em vista a criação do Parque Tecnológico de Chaves.

8.2.1.3 Projectos/acções

Turismo e Termalismo

- Construção do Palácio da Água;
- Construção do Balneário Termal de Vidago;
- Desenvolvimento do Plano de Comunicação e Marketing para as Termas de Chaves;
- Criação do Centro Transfronteiriço de Dinamização e Investigação do Turismo;
- Dinamização das rotas e percursos, nomeadamente: “Caminhos de Santiago”, “Rotas do Contrabando” e “Vias Romanas”;
- Construção do complexo lúdico temático "Aquae Flaviae";
- Promoção de eventos relacionados com a gastronomia e divulgação de produtos locais;
- Construção de uma Pousada da Juventude.

Actividades Económicas

- Estabelecimento de medidas e incentivos para o fomento de investimentos de relevante interesse municipal;
- Construção do Pavilhão Multiusos;
- Participação na dinamização e promoção do conceito “Tâmega Global Park”;
- Requalificação da Zona Industrial de Cocanha e a do Lagarteiro (Outeiro Seco);
- Ampliação do Parque Empresarial de Chaves;
- Dinamização e promoção do PEC -Parque Empresarial de Chaves (incluindo: Parque de Actividades de Chaves, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística) e do PTC – Parque



Tecnológico de Chaves;

- Criação do Centro de Desenvolvimento e Monitorização de Negócios do Parque Empresarial de Chaves (PEC).

Floresta

- Melhoramento dos processos de vigilância, primeira intervenção, rescaldo e vigilância pós-fogo, na protecção da floresta contra incêndios;
- Participação na Gestão Sustentável das Áreas Florestais;
- Implementação das acções previstas no Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios;
- Recuperação de Áreas Ardidas.

Recursos Naturais

- Elaborar um plano estratégico dos recursos naturais identificando o potencial e o seu aproveitamento nas componentes: massas minerais; floresta; águas minerais; geotermia; eólica e hídrica;
- Cooperação na concretização da Exploração das águas de Vilarelho da Raia;
- Cooperação no projecto de Emparcelamento Rural Integrado de Vilarelho da Raia e Vilela Seca;
- Operacionalização do Plano de Combate à Desertificação Rural.

Inovação Tecnológica

- Criação do Parque Tecnológico de Chaves, em estreita articulação com o Parque Empresarial e com as instituições de ensino superior, privilegiando as áreas temáticas da água, ambiente, saúde, turismo, logística e termalismo, incluindo as seguintes componentes:

- Execução de infra-estruturas;
- Núcleo Investigação;
- Núcleo Turismo;
- Laboratório de Promoção de Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental;
- Núcleo de Estatística (NEst);
- Centro de Documentação (CeDoc);
- Instalação de infra-estruturas tecnológicas, no âmbito do projecto PARQUE;
- Promoção do emprego científico (enquadrado pelo futuro Parque Tecnológico de Chaves);
- Promoção da utilização de novas tecnologias no apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais (principais núcleos rurais).



8.2.2 COOPERAÇÃO EXTERNA

Âmbito da União Europeia
Comunidade dos países de língua Portuguesa

8.2.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Grande tradição e experiência em cooperação em redes como o Eixo Atlântico e a Associação de Municípios do Alto Tâmega;
- Consistente trabalho de cooperação/articulação entre instituições da administração central e local;
- Tradição instituída na cooperação entre as associações representativas dos actores locais dos diversos sectores de actividade económica, social, cultural;
- Consistente trabalho e experiência da ADRAT- Agencia de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega.

b) Pontos Fracos

- Alguma debilidade em termos de conhecimento especializado no domínio do desenvolvimento local;
- Algum constrangimento económico para ampliar o nível de representações promocionais do território.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Melhorar a eficácia da cooperação e da articulação institucional a nível local mediante a criação do “Observatório Local do Desenvolvimento”;
- Reforçar o processo participativo na definição estratégica do desenvolvimento local criando comissões sectoriais especializadas e fóruns regulares.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Alguma falta de clarificação das atribuições e competências das entidades da administração central;
- Pouca estabilidade das atribuições e competências e respectivas estruturas orgânicas das entidades da administração central;
- Grande produção legislativa, de elevada complexidade em termos de organização, de conteúdo e de articulação com legislação complementar e/ou acessória.

8.2.2.2 Objectivos

A estratégia do Município de Chaves no âmbito da cooperação passa reforçar a posição da sua participação nas redes em que já coopera, ampliar e diversificar a sua acção em novas



parcerias e pugnar para melhorar a eficácia das organizações em que participa. Neste contexto se enquadram os seguintes objectivos:

- Prosseguir a cooperação para a Institucionalização da Eurocidade Chaves/Verin;
- Reforçar a cooperação institucional na rede do Eixo Atlântico;
- Reforçar a presença na Rede Termal Europeia – THERMAE-EUROPAE;
- Diversificar e animar a política de parceria e geminações.

8.2.2.3 Projectos/acções

- Criação de redes de competência através de cooperação intra-regional e/ou transfronteiriça;
- Elaboração do Plano Estratégico de Cooperação Institucional e de Coesão Social Económica e Territorial da Eurocidade Chaves/Verin;
- Reforço da cooperação institucional com parceiros comunitários.

8.3 GARANTIR A COESÃO SOCIAL

a) Orientação nacional

Com a promoção da coesão social advoga-se o “aumento do emprego e o reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, a melhoria da qualificação escolar e profissional, o estímulo às dinâmicas culturais, e assegurar a inclusão social, nomeadamente através do desenvolvimento do carácter inclusivo do mercado de trabalho, da promoção da igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como das práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional familiar e pessoal e valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social” (QREN, 2007)

A materialização deste desígnio passará necessariamente por assumir-se o emprego como elemento integrador fundamental na vida social, fenómeno este que, indubitavelmente, terá que estar interligado com a qualificação dos cidadãos e complementado através da promoção de políticas capazes de prevenir os riscos de pobreza e de exclusão de que são alvo, sobretudo, os grupos sociais desfavorecidos.



b) Competências Municipais

Esta prioridade estratégica pode ser operacionalizada ao nível local ao abrigo das atribuições municipais tipificadas nas alíneas g), h) e m), do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, no âmbito dos domínios da “Saúde”, “Acção social” e “Defesa do consumidor”, nos termos das competências previstas, respectivamente, nos artigos 22º, 23º e 27º da referida Lei.

8.3.1 ACÇÃO SOCIAL

8.3.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Existência do Plano de Desenvolvimento Social;
- Significativo investimento feito e programado na melhoria das condições de vida da população mais desfavorecida;
- Aumento dos centros de dia e lares de idosos.

b) Pontos Fracos

- Carência de equipamentos de apoio aos idosos e algum desajustamento de localização de outros equipamentos de protecção social (de proximidade e estruturantes), especialmente nas freguesias periféricas;
- Falta de transportes adequados à população deficiente;
- Inexistência de uma infra-estrutura de apoio aos deficientes;
- Carência de equipamento de apoio à deficiência profunda (terapia ocupacional e lar);
- Inexistência de uma unidade para prevenção e tratamento de alcoolismo;
- Ausência de uma estrutura de retaguarda para doentes com problemas crónico-degenerativos;
- Ausência de respostas para necessidades familiares de apoio a idosos no mundo rural (Centros de Convívio, Centros de Dia, e Centros de Noite);
- Agravamento de fenómenos de solidão e exclusão social.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Incrementar infra-estruturas ligadas à população sénior nas regiões mais periféricas tendo em conta o envelhecimento contínuo da população;
- Conceber e implementar projectos-piloto intermunicipais (de infra-estruturas e rede de equipamentos sociais) que favoreçam a coesão territorial e permitam que os municípios vizinhos tirem partido do efeito da aglomeração e dos ganhos de dimensão;
- Implementar a nível da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro diversos programas sociais, nomeadamente PAII (Programa de Apoio Integrado aos Idosos), PILAR



(Programa Idosos em Lar) e Programa Ser Criança;

- Desenvolver programas integrais de reactivação económica, como forma de prevenir os problemas de exclusão social.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Aumento do índice de envelhecimento;

- Volume de investimento necessário para construir e manter em funcionamento as infra-estruturas e os equipamentos sociais.

8.3.1.2 Objectivos

A estratégia do Município de Chaves no âmbito da Acção Social visa assegurar a igualdade de oportunidades, a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional. Neste contexto se enquadra um único objectivo que congrega toda a acção:

- Consolidar a Rede Social com base no Plano de Desenvolvimento Social;

- Conhecer os fenómenos de exclusão e pobreza emergentes, bem como investigar a respectiva causalidade e elaborar estratégias de controlo e erradicação;

- Estimular e apoiar as políticas e acções de coesão social.

8.3.1.3 Projectos/acções

- Criação do Observatório Social;

- Criação da Associação Chaves Social;

- Criação de um Centro Multifuncional de Apoio à Pessoa com Deficiência, o qual teria uma grande abrangência regional;

- Criação de um Núcleo de Protecção de Idosos;

- Criação de um Centro de Inter-ajuda para mães e crianças em risco;

- Criação de centros comunitários para idosos com as valências de centro de noite, centro de dia, apoio domiciliário e centro de convívio;

- Criação de centros de dia e de convívio para idosos, através da reconversão das escolas do 1º Ciclo desactivadas;

- Desenvolvimento de políticas de Promoção do acolhimento de crianças e jovens em contexto familiar;

- Criação do Banco Alimentar;

- Dinamização da rede de apoio domiciliário;

- Promoção do apoio à reabilitação de crianças inadaptadas;

- Promoção de formação de equipas técnicas especializadas;



- Promoção de medidas de acesso à habitação (melhoria e requalificação) para famílias carenciadas e comunidades;
- Realização de acções no domínio da prevenção e redução de fenómenos de isolamento e de exclusão;
- Dinamização do clube infanto-juvenil de Chaves destinado à população de zonas residenciais com problemas sociais, no Bairro dos Aregos;
- Promoção de acções para a prevenção do alcoolismo e toxicoddependência (acções imateriais);
- Criação da Associação dos Familiares e Amigos do Deficiente Mental;
- Reforço do mecanismo formativo de inclusão no Centro sócio-formativo Deolinda dos Santos;
- Criação de programas de eliminação de barreiras psicossociais, urbanísticas e arquitectónicas;
- Apoio à dinamização e consolidação da rede de Centros de Formação-USAF.

8.3.2 SAÚDE

8.3.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Existência de Unidade Distrital com recursos físicos não esgotados e com possibilidade de crescimento nos diversos serviços que presta e pode vir a desenvolver;
- Existência das Termas de Chaves e Vidago, com as vertentes de termalismo terapêutico e bem-estar e turismo de saúde;
- Existência de uma Unidade Móvel de Saúde, com resultados positivos, com funções de detecção, controlo e informação;
- Taxa de cobertura bastante elevada nos cuidados de saúde primária.

b) Pontos Fracos

- Inexistência de extensões do Centro de Saúde em freguesias de maior densidade populacional;
- Baixa acessibilidade a centros de saúde e extensões num raio de 400m;
- A totalidade da população ainda não usufrui de médico de família;
- Falta de pessoal técnico e de recursos humanos;
- Inexistência de U.A.I. (Unidade de Apoio Integrado);
- Inexistência de Centro de Apoio Temporário a crianças em risco (0 aos 12 anos);
- População envelhecida e distribuída de forma dispersa, muitas vezes vulnerável do



ponto de vista socio-económico e que requer um esforço crescente por parte dos serviços de saúde;

- Debilidades nos equipamentos de saúde, com taxas de ocupação de camas de hospital muito elevadas.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Melhorar infra-estruturas e equipamentos hospitalares e centros e extensões de saúde;
- Estabelecer redes de cooperação com instituições de solidariedade social para cobrir necessidades básicas ao nível de cuidados de saúde.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- As exigências cada vez maiores em termos de acesso próximo e contínuo a serviços de qualidade;
- Continuação da tendência de aumento do envelhecimento da população.

8.3.2.2 Objectivos

Considerando-se que a valorização da saúde se constitui como factor de competitividade e medida de inclusão social, são apostas estratégicas neste âmbito:

- Apoiar o reforço das valências do Hospital de Chaves, no contexto do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a integração de especialidades novas e o aumento da área de abrangência sobre Trás-os-Montes e o norte de Espanha;
- Reforçar a cooperação institucional para o estabelecimento de parcerias (públicas e/ou privadas) para novos equipamentos e valências de saúde.

8.3.2.3 Projectos/acções

- Desenvolvimento de parcerias (público e/ou privadas) para a construção de equipamentos de saúde;
- Apetrechamento da Unidade Móvel de Saúde (Equipamento e Gestão) e alargamento dos serviços prestados.

8.3.3 DEFESA DO CONSUMIDOR



8.3.3.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Nível de eficácia dos serviços prestado e da qualidade dos produtos;
- Nível de capacitação técnica das entidades e das empresas;
- Nível de esclarecimento geral da população relativamente às regras de consumo.

b) Pontos Fracos

- Existência de actividades económicas exercidas fora dos circuitos regulamentares.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Instalar uma loja do cidadão de 2ª geração;
- Intensificar as acções de fiscalização do controlo da legalidade e da qualidade dos serviços prestados;
- Aumentar e diversificar a os conteúdos de informação no Site oficial do Município.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Falta de informação e esclarecimento dos cidadãos.

8.3.3.2 Objectivos

Com vista a promover os direitos dos cidadãos, por forma a torna-los mais informados e conscientes, a Autarquia pretende progressivamente assumir um papel mais interventivo neste domínio, criando uma relação de proximidade dos seus serviços em relação aos Municípios. Assim, neste domínio constitui-se como estratégia a prossecução dos seguintes objectivos:

- Ampliar a rede de informação ao cidadão;
- Aumentar e diversificar os conteúdos de informação no Site oficial do Município;
- Intensificar as acções de fiscalização e controlo da legalidade e da qualidade dos serviços prestados.

8.3.3.3 Projectos/acções

- Apoiar a criação e instalação de uma “Loja do Cidadão” de 2ª geração;
- Criação de um Centro de Informação ao Consumidor.

8.4 ASSEGURAR A QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS ÁREAS URBANAS



a) **Orientação nacional**

Com a qualificação do território e das cidades pretende-se “assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento”. (QREN, 2007)

A materialização desta prioridade estratégica passa pela prossecução de acções que integrem a componente ambiental, a componente do ordenamento do território, e do desenvolvimento urbano. No âmbito da componente do ambiente, pretende-se uma aposta na preservação e valorização da natureza e da biodiversidade, no controlo da qualidade do ar e da minimização dos efeitos das emissões de poluentes atmosféricos, da protecção e utilização sustentável dos recursos hídricos, na promoção de energias renováveis e na prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos. Na componente do ordenamento do território, visa-se uma aposta na melhoria da eficiência dos sistemas territoriais, com especial destaque para os sistemas de transportes e logística e acessibilidades, sistemas de telecomunicações, sistemas de abastecimento de águas e de drenagem e tratamento de águas residuais, assim como uma aposta nos equipamentos de valorização das várias fileiras de resíduos, nos sistemas energéticos e na defesa e valorização do litoral. Ao nível do reforço do sistema urbano, preconiza-se a concretização de um modelo global de estruturação urbana do território, tendo presente as dimensões física, económica, sócio-cultural e ambiental.

b) **Competências Municipais**

Esta prioridade estratégica é implementada ao nível local ao abrigo das atribuições municipais tipificadas nas alíneas a), b), c), e), f), i), l), o), do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, no âmbito dos domínios do Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e Comunicações, Património e Cultura, Tempos Livres e Desporto, Habitação, Ambiente e saneamento básico, Ordenamento do Território e Urbanismo, nos termos das competências previstas, respectivamente, nos artigos 16º, 17º, 18º, 20º, 21º, 24º, 26º, 29º, da referida Lei.

8.4.1 **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

Planeamento

**Reabilitação Urbana****8.4.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial****a) Pontos Fortes**

- Considerável afectação de recursos técnicos municipais na promoção do ordenamento do território e planeamento urbanístico;
- Significativo incremento da acção planificatória decorrente do Programa Polis e da revisão do PDM;
- Impactes moderados da dispersão urbanística, face ao contexto nacional, quer no que respeita à ocupação de solo fora dos perímetros urbanos estabelecidos pelo PDM, quer no que respeita à imagem urbanística resultante do processo de urbanização;
- Tendência para aumentar a densidade populacional e habitacional para valores de referencia indicadores de sustentabilidade do modelo de ocupação territorial, no que respeita às áreas urbanas mais dinâmicas do Concelho;
- Chaves com notoriedade e importância na rede urbana nacional, tendo por referência o Centro Histórico com grande valor patrimonial individual e de conjunto, no qual se destacam notáveis exemplares de arquitectura civil, militar e religiosa;
- Forte investimento na reabilitação urbana do espaço público urbano do Centro Histórico, potenciado com as acções do Programa Polis, executadas e previstas nas zonas ribeirinhas e nas envolventes das fortificações;
- Processo de reabilitação e revitalização do comércio tradicional, com expressão na reabilitação do edificado localizado no centro histórico;
- Vidago como aglomerado urbano de 2º nível, identificado como estância termal de elevada qualidade ambiental, e local de prática de golfe, associado à monumentalidade arquitectónica do Hotel Palace e à amenidade paisagística do respectivo Parque;
- Forte identidade de alguns aglomerados rurais do concelho, com potencial para organizarem sectores do território.

b) Pontos Fracos

- Perda de população nos aglomerados rurais, com abandono e deterioração das edificações dos núcleos e significativa percentagem de moradias, de construção recente, devolutas e/ou com ocupação temporária;
- Significativa dispersão nas áreas periurbanas, gerando a fragmentação do tecido urbano, com consideráveis condicionantes de funcionalidade das diversas infra-estruturas e dos sistemas de suporte do processo de urbanização;
- Envelhecimento e perda populacional no Centro Histórico, associado ao abandono e degradação gradual das edificações;



- Tendência para um modelo de urbanização de baixa densidade, com moradias isoladas, em extensão territorial, em áreas periféricas da cidade sem estrutura urbanística definida, em parte devido à falta de oferta de habitação colectiva de qualidade;
- Consideráveis áreas da cidade, resultantes da expansão urbana após anos 70, com uma estrutura urbanística descontínua e desqualificada, a necessitarem de intervenções de requalificação e revitalização;
- Ausência de estudos urbanísticos definidores da forma urbana, devidamente consolidados e dotados de mecanismos de programação e de sistemas de execução da urbanização.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Concluir os estudos de revisão do PDM, bem como os Planos de Urbanização de Chaves e de Vidago, de forma a controlar o modelo de ocupação territorial e a organização das áreas urbanas;
- Promover o reordenamento do território segundo um modelo de policêntrico, baseado no reforço funcional (serviços, equipamentos e infra-estruturas) de alguns aglomerados com condições (estratégicas) de “ancoragem dos territórios rurais”, com duplo objectivo:
 - evitar a dependência generalizada de serviços do centro urbano principal (Cidade);
 - conferir sustentabilidade ao modelo de ocupação territorial do município, através de uma criteriosa definição/execução da rede de equipamentos e de infra-estruturas;
- Contrariar a tendência para a dispersão urbana, com implementação de unidades de urbanização programada, baseada em estudos definidores da morfologia urbana, com diversidade tipológica e com previsão integrada das infra-estruturas dos equipamentos e dos sistemas de mobilidade;
- Continuar a acção de requalificação e revitalização do centro histórico e alargar a mesma metodologia de intervenção às áreas de expansão urbanas descontínuas periféricas e bairros degradados;
- Implementar intervenções de “acupuntura urbana ” dirigidas ao cerzimento das discontinuidades do tecido urbanístico com obras de qualificação do espaço público e localização de equipamentos de proximidade;
- Contrariar alguns desequilíbrios do modelo actual:
 - tendência para a concentração de equipamentos e serviços nos dois núcleos urbanos principais do concelho (Chaves e Vidago);
 - dispersão de recursos (financeiros) com duplicação de equipamentos, serviços e infra-estruturas pelos diversos aglomerados rurais sem critérios de sustentabilidade dos sistemas e das redes;
- Controlar o processo de urbanização seguindo uma estratégia de gestão integrada de



infra-estruturas, equipamentos colectivos, espaços verdes e sistemas de transportes, em articulação com a forma urbana e com a programação física preconizada pelo modelo de execução do plano urbanístico.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- A morosidade da conclusão dos estudos orientadores do modelo de ordenamento territorial e da forma urbana, que podem protelar o controlo integrado do processo de urbanização;
- A persistência da tendência do despovoamento dos aglomerados rurais, conjugada com o elevado número de aglomerados e a sua dispersão territorial, poderá pôr em causa os níveis de sustentabilidade das infra-estruturas, dos equipamentos e dos sistemas de transportes públicos;
- A tendência da procura da tipologia da habitação unifamiliar isolada (moradia), provocando uma urbanização em extensão de baixa densidade, com os impactes associados no que respeita à excessiva ocupação do solo, ao custo da execução e manutenção das infra-estruturas, ao consumo energético e à perda de sociabilização;
- A eventual ineficácia das medidas de apoio ao fomento da reabilitação urbana e o progressivo abandono das edificações do Centro Histórico poderá por em crise o seu valor patrimonial e histórico;
- Alguma incompatibilidade de convivência/usos no Centro Histórico entre a componente residencial e as actividades de restauração e similares (bares), durante o período nocturno, poderá contribuir para a uma perda de diversidade funcional indesejada.

8.4.1.2 Objectivos

No âmbito do ordenamento do território e do urbanismo, a estratégia Municipal passa por dar prioridade a conclusão da elaboração dos Planos Municipais em curso, conduzindo a sua elaboração em articulação com um amplo processo participativo, defendendo um modelo de urbanização sustentável, privilegiando a forma urbana, a dignidade do espaço público, a qualidade arquitectónica, a salvaguarda dos valores patrimoniais, culturais e ecológicos, a diversidade funcional, a eficiência das infra-estruturas e dos sistemas de transporte e a coesão social. Em coerência com esta estratégia, estabelecem-se neste âmbito os seguintes objectivos:

Planeamento

- Articular a Estratégia de Desenvolvimento Municipal com as estratégias nacionais e regionais;
- Promover a elaboração de estudos integrados de ordenamento do território e planeamento urbanístico segundo um modelo sustentável.



Urbanização e Reabilitação Urbana

- Continuar a qualificação das áreas urbanas centrais, em particular dos centros históricos;
- Reforçar as acções de reabilitação e revitalização das áreas de expansão urbana de Chaves e de Vidago, com vista a melhorar a coerência formal e funcional dos respectivos tecidos urbanos.

8.4.1.3 Projectos/acções

Planeamento

- Conclusão do processo de Revisão do Plano Director Municipal, incluindo:
 - Estudo Estratégico de Desenvolvimento;
 - Plano Estratégico de Nucleação e Nuclearização do Sistema Urbano do Concelho;
 - Estudo de reorganização da rede de equipamentos;
- Elaboração dos Planos de Urbanização das áreas urbanas de Chaves e Vidago;
- Elaboração dos Planos de Pormenor das áreas urbanas de Chaves e Vidago, incluindo os de Reabilitação e Revitalização dos núcleos centrais.

Urbanização e Reabilitação Urbana

- Elaboração do estudo de viabilidade de uma Sociedade de Reabilitação Urbana;
- Apoio à recuperação do edificado privado existente no tecido urbano antigo (através dos programas RECRUA, REHABITA ou de outros que lhe venham a suceder);
- Qualificação dos espaços públicos e do património edificado;
- Continuação das obras de reabilitação do Centro Histórico de Chaves e de Vidago.

8.4.2 HABITAÇÃO

8.4.2.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Melhoria das condições básicas da habitação processadas na última década;
- Tendência de valorização e reabilitação do património edificado do Centro Histórico e outros edifícios com valor arquitectónico;
- Grande oferta de comércio e serviços de proximidade nas freguesias centrais.

b) Pontos Fracos

- Parque habitacional antigo, com índice de envelhecimento elevado;
- Existência de população sem acesso condigno à habitação, (sem pelo menos uma infraestrutura básica), e de alojamentos não clássicos e sobrelotados;
- Existência de bairros sociais que carecem de espaços de lazer e de sociabilidade e de



certa forma segregados e “guetizados”.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Melhoria da atractividade de diversas zonas do Concelho, decorrente de acções de requalificações no espaço público;
- Melhoria da oferta no segmento da habitação colectiva em diversidade tipológica e em qualidade arquitectónica;
- Maior incidência de acções de reabilitação de edifícios degradados com base em programas especiais de financiamento;
- Melhoria da arquitectura das novas áreas urbanas e dos respectivos espaços públicos como meio de qualificação da imagem da cidade;
- Reabilitação e construção de edifícios, melhorando a eficiência energética dos mesmos e introduzindo energias alternativas;
- Continuação da valorização do património edificado no centro histórico da cidade;
- No âmbito dos bairros sociais, tentar reintegrar a população no seu meio envolvente, no sentido de potenciar uma cidade sem segregação social.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Eventual crise no mercado imobiliário provocada por excesso de oferta;
- Tendência para uma crescente segmentação sócio-espacial com a consequente segregação residencial em função dos estratos sociais entre a cidade e as freguesias mais periféricas;
- Fracos estímulos de mercado à reabilitação urbana;
 - Falta de investimento por parte do sector privado na reabilitação de edifícios;
 - Especulação Imobiliária;
 - Aumento da periurbanização provocando dispersão urbanística e consequentemente habitacional criando-se zonas residenciais monofuncionais com baixos índices de diversidade funcional e social.

8.4.2.2 Objectivos

A qualificação do espaço público e a reabilitação urbana são partes de um processo de revitalização das cidades que potenciam a integração e a coesão social. Cientes de que a política de promoção da habitação agrega uma forte componente social, através da qual se podem minimizar alguns dos factores de exclusão, o Município pretende a implementação de um conjunto de respostas que façam face às necessidades actuais. Neste contexto fixa os seguintes objectivos:

- Adoptar uma política de solos que permita disponibilizar terrenos para a construção de habitação a custos controlados e de renovação urbana;



- Promover a cooperação institucional para a conservação e recuperação do parque habitacional cooperativo e privado nas zonas históricas;
- Articular a política de reinserção social com as políticas específicas de habitação;
- Recuperar zonas habitacionais mais degradadas.

8.4.2.3 Projectos/acções

- Manutenção e reabilitação do parque de Habitação Social existente;
- Estabelecimento de medidas e benefícios fiscais em articulação com as estratégias de recuperação do património edificado.

8.4.3 CULTURA E PATRIMÓNIO

8.4.3.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Património ambiental com características singulares ao nível da biodiversidade que poderá ser aproveitada a sua vertente turística e científica;
- Veiga de Chaves constituindo uma unidade de paisagem singular;
- Elevado interesse histórico do património classificado, nomeadamente a ponte Romana, a Torre de Menagem, o Forte de São Francisco e Forte de S. Neutel, o Castelo de Santo Estêvão e de Monforte;
- Existência de um Centro Histórico com grande valor patrimonial individual e de conjunto, no qual se destacam notáveis exemplares de arquitectura civil, militar e religiosa;
- Elevado potencial do património arqueológico concelhio, com destaque para as áreas em estudo na área urbana da cidade de Chaves;
- Existência de uma unidade orgânica na estrutura dos serviços da autarquia com acção específica centrada na salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico;
- Existência de biblioteca e museu municipais devidamente equipados e inseridos no tecido urbano;
- Dinâmica de intervenção municipal no âmbito da animação cultural;
- Tradição de vivência urbana e de ocupação quotidiana de espaço público e existência de espaços privados de animação nocturna, com qualidade e capacidade de atracção;
- Dinâmica de associações culturais locais;
- Notoriedade da cidade associada a várias personalidades públicas, como é o caso, entre outros, do pintor Nadir Afonso;
- Acções exemplares de reabilitação de património monumental, como são o caso dos



Fortes de S. Francisco e de S. Neutel;

-Consolidação progressiva de uma estrutura técnica de apoio à animação cultural -Chaves Viva.

b) Pontos Fracos

- Alterações na paisagem, com a regressão de determinadas práticas agrícolas em benefício de outras;
- Alguma falta de envolvimento dos actores locais, quer nos eventos culturais quer na divulgação e preservação do património;
- Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar o património histórico-natural;
- Área reduzida destinada a musealização face ao potencial do património existente;
- Ausência de profissionalização de actividades de animação e divulgação cultural com vocação turística;
- Debilidade das actividades dos agentes culturais em domínios considerados básicos em matéria de oferta cultural, casos como o cinema, os espectáculos vivos, o teatro, a música e o livro (no sector comercial) e a formação artística.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- As recentes escavações arqueológicas na cidade de Chaves, nomeadamente as do Largo do Arrabalde, podem potenciar e projectar o interesse histórico da cidade e incentivar a salvaguarda do património;
- Criação de uma extensão de Serralves em Vidago, incluído no projecto AquaNattur, com artísticas residentes constituirá uma oportunidade de evolução cultural municipal;
- A dinamização da Escola de Artes do Centro Cultural de Chaves poderá constituir mais uma alternativa profissional e um meio de promoção cultural com projecção regional;
- A criação de uma entidade específica destinada à reabilitação urbana.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Grande parte do património existente está na posse dos privados, que não têm condições para garantir a sua correcta conservação;
- Falta de sensibilização para a importância da conservação e valorização da paisagem como uma componente patrimonial;
- Tendência para a profissionalização da produção e animação cultural e consequentes exigências de qualificação de promotores;
- Dificuldades em manter o envolvimento de instituições de âmbito nacional nos principais eventos artísticos da cidade.

8.4.3.2 Objectivos



A definição de uma política capaz de impulsionar o desenvolvimento de medidas de valorização e dinamização da oferta cultural e de qualificação do património, constitui-se num factor chave essencial para a promoção e aumento da visibilidade do Concelho. Para a prossecução deste propósito definiram-se os seguintes objectivos estratégicos:

- Promover a preservação, requalificação e valorização do Património;
- Construir equipamentos e infra-estruturas culturais de impacte supra municipal;
- Promover e potenciar o património histórico, cultural e paisagístico do Concelho.

8.4.3.3 Projectos/acções

- Construção da Fundação Nadir Afonso;
- Ampliação e beneficiação do Museu Ferroviário;
- Criação do espaço museológico do Largo do Arrabalde (Museu de Arqueologia);
- Construção do Museu Termal;
- Reabilitação das instalações da estação de comboio de Vidago para criação de um espaço cultural e museológico;
- Dinamização do Centro Cultural de Chaves;
- Conclusão da construção do Arquivo Municipal de Chaves e respectivo apetrechamento;
- Reconfiguração e beneficiação dos museus sob responsabilidade municipal, constituindo uma rede integrada, incluindo o Museu da Região Flaviense, o Museu Militar, o Museu Termal, entre outros;
- Construção do Pavilhão Multiusos, como um espaço de dinamização de feiras e eventos culturais e desportivos;
- Requalificação da Ponte Romana de Chaves - 2.ª Fase;
- Musealização da Cintura Muralhada de Chaves (Construção e instalação do Centro Interpretativo das Muralhas de Chaves, no espaço adjacente à Torre de Menagem do Castelo de Chaves).

8.4.4 EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Espaços Verdes
 Rede Viária Municipal
 Outros Equipamentos

8.4.4.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Existência de algumas áreas verdes e espaços públicos estruturantes da urbanística da



cidade (jardim público ou do Tabolado, entre outros);

- Existência de uma rede viária municipal com níveis satisfatórios de cobertura territorial, de conectividade e de estado de conservação;
- Gradual melhoria dos equipamentos estruturantes;
- Centralidade e dinamismo no comércio regional, tanto no que se refere aos “produtos da terra” como de outras actividades comerciais;
- Forte dinamismo do mercado do gado;
- Realização de grandes eventos, como seja a “Feira dos Santos”.

b) Pontos Fracos

- Fraca captação de espaços verdes públicos urbanos de dimensão considerável, nas áreas urbanas de Chaves e Vidago;
- Fraca acessibilidade dos habitantes da área urbana de Chaves a espaços verdes equipados e a áreas de estadia nas áreas de urbanização dispersa e na coroa urbana
- Alguma insuficiência de estacionamento organizado nas áreas centrais da cidade em determinados períodos do dia;
- Rede viária desajustada à necessidade de rápido acesso ao Hospital de Chaves a partir da A24;
- Falta de ligação directa da A24 ao Parque Empresarial de Chaves;
- Falta de infra-estrutura adequada ao desenvolvimento da Feira do Gado;
- Ausência de um equipamento capaz de dar resposta às necessidades da realização de grandes eventos;
- Sobrelotação dos cemitérios municipais;
- Inexistência de um equipamento público para a realização de cerimónias fúnebres/velórios com condições adequadas.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Utilização de áreas verdes públicas urbanas para potenciar as deslocações a pé, criar pontos de encontro e de lazer, aumentando também a acessibilidade aos espaços verdes não só nas áreas urbanas mas também nas áreas rurais;
- Continuação da realização das obras previstas no Programa Polis e a construção da nova área desportiva de Santa Cruz;
- Equacionamento de medidas e orientações estratégicas para estacionamento de residentes, de emprego, de cargas/descargas, temporário e em interfaces modais periféricas.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Constrangimento financeiro.



8.4.4.2 Objectivos

Espaços Verdes

- Qualificar a urbanidade com novos equipamentos e espaços verdes e requalificação ambiental de espaços naturais contíguos aos aglomerados urbanos;
- Criar novos equipamentos e centralidades.

Rede Viária Municipal

- Inventariar, hierarquizar, qualificar e sinalizar a rede viária municipal de forma a se ajustar os níveis de eficiência de serviço ao modelo de ocupação territorial.

Mercados e Feiras

Dinamizar os Mercados Municipais, com especial enfoque na comercialização de produtos locais;

- Ampliar a oferta de equipamentos na valência de mercado de gado.

Outros Equipamentos

- Reajustamento e qualificação geral da rede de equipamentos públicos colectivos.

8.4.4.3 Projectos/acções

Espaços Verdes

- Parque Urbano da Galinheira;
- Manutenção dos parques e espaços verdes públicos;
- Parque Urbano de Vidago.

Rede Viária Municipal

- Requalificação da rede viária urbana de Vidago;
- Requalificação de arruamentos em aglomerados rurais;
- Conclusão da via estruturante de ligação do Centro Universitário de Chaves até ao Nó da A24 (Chaves-Norte);
- Recuperação da Rede Rodoviária do Concelho em conformidade com “Plano Director das Infra-estruturas Viárias Municipais e dos Meios de Transporte”;
- Construção faseada da Circular Urbana de Chaves (CUC) e respectivas ligações com a malha urbana:
 - Conclusão da ligação da EM506 ao CM1060;
 - Conclusão da ligação do Nó da A24 (Chaves-Centro) ao Loteamento Industrial da Cocanha;
- Construção das Avenidas Estruturantes da Área Urbana de Chaves (AEAUC) e respectivas ligações com a malha urbana:
 - Avenida da Fonte Nova – Hospital;
 - Via estruturante de acesso ao futuro Parque Urbano Desportivo da Cidade de



Chaves;

- Via estruturante de acesso ao futuro Pavilhão Multiusos e Parque de Exposições e Feiras de Chaves;
- Pavimentação do caminho existente entre a Estrada do Seara (cemitério novo) ao Alto da Cocanha Loteamento Industrial da Cocanha);
- Rua Nova da Madalena (arruamento previsto no PP da Madalena - ligação da rotunda do Rajado com a Rua do Sabogeiro);
- Rua Nova das Longras e Parque de Estacionamento;
- Alameda da Cocanha;
- Rodovia de Acesso Prioritário desde o Nó da A24 (Chaves-Centro) até ao Hospital Distrital de Chaves;
- Circular Externa (Troço Seara-Cocanha) - Acesso ao Parque Industrial da Cocanha;
- Construção da via de interligação EN 103 - EN 213.

Mercados e Feiras

- Continuação da reabilitação do Mercado Municipal de Chaves;
- Construção do Mercado de Gado de Chaves;
- Construção do Parque Multiusos de Santa Cruz.

Outros Equipamentos

- Ampliação do Cemitério Novo de Chaves;
- Construção de uma Casa Mortuária.

8.4.5 ENERGIA

Eficiência Energética

Energias Alternativas

8.4.5.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Elevado potencial energético dos recursos renováveis (solar, geotermia e eólico);
- Participação do Município de Chaves na gestão da EHTB;
- Evolução favorável no consumo de gás natural sob o ponto de vista da diversificação das fontes de energia e substituição de derivados de petróleo;
- Existência de área florestal em abundância favorecendo o aproveitamento de biomassa;
- Motivação ao nível dos decisores para a aplicação de políticas favoráveis ao aumento da eficiência e adesão às energias renováveis no território.

b) Pontos Fracos



- Sub-aproveitamento do potencial energético dos recursos renováveis existentes no Concelho – geotermia, eólica, solar, micro e mini-hídricas;
- Fraca adesão ao aproveitamento da energia da biomassa;
- Reduzida implementação de políticas de eficiência energética;
- Baixa eficiência energética e conforto térmico dos edifícios pré-existentes;
- Elevados gastos de energia eléctrica em iluminação de edifícios e vias públicas.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Incentivos fiscais para a instalação de sistemas de aproveitamento de fontes de energia renovável;
- Forte campanha de sensibilização para a adesão a estes sistemas, e a racionalização do consumo energético;
- Utilizar incentivos financeiros à utilização de electricidade, hidrogénio, fuelcells e gás natural nos projectos de renovação de frotas de transporte utilizadas na prestação de serviços públicos;
- Realização de projectos de incidência energético-ambiental de iniciativa municipal, conducentes nomeadamente à optimização energética integrada de sistemas, instalações e equipamentos destinados ao serviço público;
- Na reabilitação e construção de edifícios e habitação promover a eficiência energética recorrendo a fontes de energia endógenas, através de criação de um regulamento municipal;
- Investimento em novas políticas energéticas, revelam-se como excelentes oportunidades económicas.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Investimento inicial elevado para a instalação dos sistemas de aproveitamento de energias renováveis;
- Crescimento do peso energético do sector dos transportes, implicando crescentes taxas de motorização e baixa taxa de adesão ao transporte público.

8.4.5.2 Objectivos

O aumento do consumo energético que se tem feito sentir e as consequências ambientais daí advenientes têm suscitado a procura de novas respostas e formas de utilização dos



recursos energéticos disponíveis. Assim, nesta linha de actuação, o município delineou os seguintes objectivos estratégicos:

- Implementar programas e medidas de eficiência energética;
- Promover a cooperação institucional para a eficiência energética;
- Potenciar o aproveitamento de Energia Geotérmica;
- Fomentar a utilização de energias alternativas.

8.4.5.3 Projectos/acções

- Criação da Agência de Energia;
- Apoio à implementação de Novos Parques Eólicos e Mini-hídricas;
- Promoção de medidas de apoio à utilização de energias alternativas;
- Aproveitamento do potencial Geotérmico de Chaves;
- Estudo de sistemas de climatização com recurso a energias alternativas em instalações de equipamentos públicos.

8.4.6 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Rede Viária Supra-Municipal
 Transportes Urbanos/Mobilidade
 Estruturas de Apoio aos Transportes Rodoviários

8.4.6.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Ligação do Concelho de Chaves às principais cidades Portuguesas e Espanholas, Porto, Lisboa, Madrid, através da rede de auto estradas: A24 e A7;
- Potencialidades para as deslocações pedonais na área urbana de Chaves face orografia;
- Significativa capacidade de autocontenção da cidade – capacidade de retenção dos residentes que trabalham, simultaneamente, no mesmo concelho – minimizando a necessidade de deslocações pendulares extensas;
- Significativo investimento feito na reabilitação do espaço público das áreas centrais da cidade;

b) Pontos Fracos

- Alguns constrangimentos ao nível de ligações rodoviárias com algumas sedes de concelhos da NUTIII - Alto Trás-os-Montes;



- Poucos resultados visíveis da política de promoção da utilização de meios alternativos de transporte e, ainda, adesão insuficiente aos transportes públicos urbanos;
- Significativas descontinuidades da rede viária estruturante da urbanística nas zonas periféricas da cidade, associadas a barreiras urbanísticas constrangedoras da mobilidade
- Escassez de uma rede estruturada e contínua de espaços públicos e percursos pedonáveis e cicláveis;
- Ausência de estacionamento para bicicletas nas áreas urbanas, com particular necessidade nas imediações das escolas e dos equipamentos públicos e espaços verdes estruturantes;
- Deficiente fiscalização ao nível do estacionamento automóvel nomeadamente nas vias estruturantes (segundas filas, por exemplo) dificultando a mobilidade de todos os modos;
- Deficiente articulação entre os transportes colectivos de carácter local com os de carácter regional, nacional e internacional;
- Potencialidades do Aeródromo subaproveitadas, nomeadamente, sem ligações aéreas comerciais;
- Inexistência de um terminal intermodal de transportes.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Reforço da acessibilidade rodoviária do Concelho com o exterior;
- Inversão das tendências de criação de urbanizações monofuncionais – incremento da diversidade e dotação de equipamentos em novas centralidades (ao nível da cidade) e na formação de redes polinucleadas (ao nível do concelho);
- Articulação dos transportes colectivos de carácter local, com os de carácter regional, nacional e internacional;
- Promover/ financiar a associação entre empresas públicas ou privadas independentemente da modalidade, de forma a ganharem dimensão suficiente para gerar sinergias significativas;
- Apoio/ incentivo à criação ou renovação de frotas de empresas de transportes com veículos menos poluentes, mais rápidos e mais cómodos;
- Continuação das intervenções de requalificação urbana em diversos espaços públicos, facilitando a mobilidade dos peões;
- Fomento da circulação pedonal e de ciclistas na Cidade – compreender a elevada importância do conceito de “Rede” – assegurar a continuidade dos percursos;
- Investimento em medidas práticas, segundo um modelo estratégico, de controlo do tráfego no tecido urbano, nomeadamente de cariz residencial;
- Aumento da acessibilidade e mobilidade das zonas residenciais periféricas com melhoramento da qualidade de serviço do transporte público.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida



- Aumento da taxa de motorização no Concelho;
- Crescimento extensivo da área urbana construída;
- Reduzidos índices de compactação e diversidade funcional na grande maioria das freguesias – aumento das necessidades de deslocação em meios motorizados;
- Dificuldade em estabelecer um serviço satisfatório de transportes públicos a essas freguesias;
- Ausência de orientações urbanísticas modeladoras do crescimento urbano em áreas não consolidadas;
- O aumento da rede viária, geralmente sobredimensionada, com repercussões ao nível de planeamento urbano e de transportes.

8.4.6.2 Objectivos

A estratégia a desenvolver pela Autarquia para a área dos Transportes e Comunicações, baseia-se na convicção, de que um sistema eficaz de transportes/mobilidade se constitui num factor de alavancagem do desenvolvimento social e económico, promovendo a competitividade e a fixação das populações. Assim, constituem-se objectivos deste âmbito:

Rede Viária Supra-Municipal

- Promover a concretização de intervenções na rede rodoviária com interesse regional;
- Promover o melhoramento da conectividade da rede viária municipal.

Rede de Transportes Urbanos/Mobilidade

- Melhorar a mobilidade e o conforto urbano através do reordenamento da rede viária, a racionalização da oferta de estacionamento, de transportes públicos e da melhoria das condições de circulação em modos não motorizados (modos suaves);
- Promover sistemas alternativos de mobilidade;
- Potenciar a acessibilidade regional estudando a viabilidade de integrar Chaves nos eixos aéreos e ferroviários.

Estruturas de Apoio aos Transportes Rodoviários

- Criação das condições para a construção de um Centro Coordenador de Transportes.

8.4.6.3 Projectos/acções

Rede Viária Supra-Municipal

- Construção do Nó da A24 (Chaves-Norte) para acesso à Zona de Localização



Empresarial de Chaves;

- Ligação rodoviária desde o Nó da A24 (Vila Verde da Raia) ao IP4 e IP2;
- Ligação rodoviária desde o Nó da A24 (Chaves-Centro) a Montalegre/Xinzo de Limia;
- Ligação rodoviária Chaves-Bragança (por Vinhais);
- Acompanhamento da beneficiação e rectificação da EN2, EN213 (Chaves/Valpaços) e da EN103 (Boticas/Nó Chaves-Sul da A24).

Rede de Transportes Urbanos/Mobilidade

- Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, incluindo:
 - Plano Director das Infra-estruturas Viárias Municipais e dos Meios de Transporte;
 - Plano de Mobilidade das Áreas Urbanas (Chaves e Vidago);
 - Plano de Supressão de Barreiras Urbanísticas e Arquitectónicas nos centros históricos de Chaves e de Vidago;
- Consolidação e ampliação da rede de Transportes Urbanos de Chaves (TUC), incluindo a renovação da frota;
- Construção de aeródromo da Comunidade Transfronteiriça do Tâmega;
- Melhoria da mobilidade urbana - reordenamento da rede viária e aumento da oferta de estacionamento;
- Construção do Parque de Estacionamento da Envolvente da Ponte de São Roque;
- Construção da Ponte Pedonal sobre o Tâmega - Ligação do Jardim do Tabolado com o Jardim Público e Parque Urbano da Madalena;

Estruturas de Apoio aos Transportes Rodoviários

- Criação de um Centro Coordenador de Transportes inter-regional;
- Renovação e ampliação do mobiliário urbano e sinalética de apoio à rede de transportes públicos urbanos.

8.4.7 TEMPOS LIVRES E DESPORTO

8.4.7.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Fortes dinâmicas associativas, com a organização de eventos e realizações desportivas, de que se destaca o futebol, pesca desportiva e o ténis;
 - Elevadas potencialidades para o desenvolvimento de práticas desportivas como a caça, os desportos radicais, entre outros;
- Oferta, para a população jovem e população escolar, de férias desportivas, e ocupação dos tempos livres;



- Existência de uma área de recreio organizado e equipado, de dimensão relevante, no Tabolado, complementada com o Jardim Público;
- Existência de um parque recreativo multinacional na Quinta do Rebentão;
- Existência de boas condições fisiográficas para a instalação de percursos pedonais e cicláveis;
- Existência de associações desportivas dinâmicas que promovem eventos com grande participação pública;

b) Pontos Fracos

- Alguma carência de equipamentos desportivos, em quantidade e qualidade conjugada com a necessidade de reorganização e ajustamentos ao modelo de ocupação territorial;
- Carência de equipamentos cobertos para a prática de algumas modalidades, com maior reflexo em no período do Inverno – pavilhões desportivos, pavilhão Multiusos, piscinas municipais;
- Inexistência de equipamentos ao ar livre do tipo: pistas de atletismo e ciclovias;
- Incipiente organização na promoção de actividades como a caça desportiva, os desportos náuticos, os desportos radicais e de aventura, face às potencialidades existentes;
- Carência de alojamento de apoio à realização de eventos e intercâmbios desportivos dirigidos às camadas juvenis e população escolar.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Promover e dinamizar mais actividades desportivas junto das camadas mais jovens e séniores;
- Valorização, redimensionamento e ampliação da rede de equipamentos desportivos;
- Tendência para a valorização das práticas desportivas e da ocupação dos tempos livres;
- Estabelecimento de cooperação, na lógica da complementaridade/sustentabilidade, de construção e melhoramento dos equipamentos desportivos existentes de âmbito regional (parques urbanos, parques desportivos, zonas de pesca desportiva, pistas Downhill, circuitos pedestres, etc);
- Estabelecimento de estratégias e acções no sentido de aproveitar as excelentes condições que o território tem para a prática de desportos radicais e de aventura;
- Potenciação e dinamização das actividades desportivas/recreativas com aproveitamento dos recursos das linhas de água e lagos artificiais das albufeiras existentes;
- Promoção de provas desportivas de âmbito regional e nacional (atletismo, pesqueiros, BTT, caminhadas...).

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Constrangimento financeiros para a concretização dos empreendimentos previstos no âmbito dos equipamentos colectivos;



- Eventual desajustamento da previsão espacial e da realização temporal de alguns equipamentos face à incerteza da execução do processo de reordenamento territorial e de urbanização.

8.4.7.2 Objectivos

Sendo conhecida a importância que a ocupação dos tempos livres e as práticas desportivas representam para o alcance de uma vida saudável, assim como para a promoção do convívio e interacção social, nesta temática, propõem-se os seguintes objectivos:

- Implementar a Carta Desportiva;

- Dotar a sede de Concelho de equipamentos desportivos qualificados de interesse municipal e supra-municipal;

- Apoiar o associativismo desportivo;

- Promover a actividade física e desportiva através do desenvolvimento de vários programas desportivos dirigidos aos diferentes sectores da população.

8.4.7.3 Projectos/acções

- Construção das novas piscinas municipais cobertas;

- Construção de polivalentes e pavilhões desportivos em escolas;

- Construção do Parque Desportivo Urbano (1ª Fase);

- Completar a rede de equipamentos de nível local (construir polidesportivos nas freguesias e bairros da cidade);

- Incentivar uma parceria pública/privada para a ampliação e diversificação do Complexo Desportivo da Quinta do Rebentão;

- Apetrechamento das escolas do 1º ciclo, com equipamentos para a prática desportiva;

- Reforço da cidadania e socialização através do desenvolvimento de vários programas: Escolas de formação (andebol, futsal, playgim, psicomotricidade...), Férias desportivas, intercâmbios internacionais (eixo Atlântico e cidades germinadas), semana do desporto e actividade física sénior;

- Construção faseada da ciclovia Chaves/Vidago/Pedras Salgadas/Vila Pouca de Aguiar/Vila Real;

- Construção da ciclovia ao longo das Margens do Rio Tâmega, desde o Açude dos Agapitos até ao Açude da Estação de Tratamento de Água de Santa Cruz.

8.4.8 AMBIENTE

Biodiversidade



Resíduos
 Requalificação Ambiental
 Ruído

8.4.8.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Valores naturais e paisagísticos importantes, o que é evidenciado pela existência de zonas incluídas na Rede Natura 2000 - Zona de Protecção Especial - Serras de Montesinho e Nogueira e Sítio Montesinho e Nogueira, e outras áreas, por exemplo, as lagoas de Chaves, reconhecidas como de elevado interesse ecológico a nível regional, através da realização de vários estudos;
 - Existência de uma área classificada e da Lista Nacional, caracterizado por uma biodiversidade importante;
 - Relativa proximidade a áreas classificadas, podendo contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Implementação de projectos de valorização e recuperação de zonas de interesse ecológico;
- Presença da Veiga de Chaves com terrenos férteis e grandes áreas de valor ecológico, como é evidenciado pelas grandes áreas de RAN e REN;
 - Existência de um grande valor florístico (como o azevinho) e faunístico, com vários endemismos ibéricos e espécies raras e protegidas;
 - Significativa presença de povoamentos de castanheiro e carvalho distribuídos por todo o Concelho;
 - Significativa presença de arborização em área urbana, formando corredores verdes com expressão de continuidade territorial;
 - Existência de acções de educação ambiental na temática dos resíduos;
 - Existência de um ecocentro no Concelho;
 - Boa dotação de equipamentos de deposição de resíduos recicláveis (342 hab/contentor), estando dentro do valor de referência em termos europeus (500 hab/contentor).

b) Pontos Fracos

- Alguma falta de consciencialização para a preservação e valorização do património natural, que cabe colmatar com acções de sensibilização ambiental;
 - Tendência persistente de abandono das actividades agrícolas e florestais, com consequentes alterações na paisagem;
- Impactes negativos nas Áreas Classificadas, decorrentes de acções de abate ilegal de espécies dos bosques e dos incêndios florestais;



- Alguma persistência de descargas de águas residuais nas linhas de água, provenientes de uso indevido dos colectores de águas pluviais e de contaminação pelo uso inadequado de pesticidas na agricultura;
 - Alguma pressão urbanística na zona da veiga (zonas de RAN e REN);
- Elevada quantidade de resíduos depositada em aterro e deposição descontrolada de entulhos;
- Reduzidas taxas de participação na recolha selectiva de resíduos e elevada taxa de rejeitados nos resíduos recolhidos selectivamente;
 - Reciclagem de resíduos de embalagem com valores bastante inferiores ao objectivo definido em directiva comunitária;
 - Inexistência de recolha selectiva de resíduos orgânicos (em particular dos resíduos alimentares);
 - Acentuado crescimento da produção de resíduos sólidos urbanos;
 - Inexistência de um parque de sucatas;
 - Inexistência de uma central de valorização orgânica e de uma central de valorização energética de resíduos;
 - Elevado custo dos serviços de recolha de RSU, relacionado com a extensão do território e relativa dispersão da população;
 - Impactes das cheias nas zonas ribeirinhas da área urbana de Chaves, condicionadoras do desenvolvimento urbano, com particular ênfase na freguesia da Madalena;
 - A degradação paisagística, provocada pelo abandono dos terrenos, deposição descontrolada de resíduos nas florestas e pela exploração de pedreiras;
 - A descarga de águas residuais em colectores de drenagem de águas pluviais é um dos problemas que mais condiciona a despoluição das linhas de água;
 - Falta de sensibilização para a conservação dos cursos de água e respectivas margens.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- O incremento do turismo de natureza sustentável, aproveitando as elevadas áreas naturalizadas do concelho, como contribuição para melhorar a respectiva conservação e gestão;
- A promoção de actividades de educação e sensibilização ambiental, como contribuição do ordenamento do território e salvaguarda da Estrutura Ecológica Municipal;
- A actividade de agricultura biológica, juntamente com a promoção de produtos agro-florestais típicos da Região, como contribuição para o enriquecimento da biodiversidade e desenvolvimento económico local;
- Potenciar as crescentes áreas incultas e terreno agrícolas abandonados, para ligar espaços naturais, criando corredores verdes;



- Desenvolvimento de actividades de educação ambiental na área dos resíduos para aumentar as taxas de reciclagem e, ao mesmo tempo, diminuir a taxa de rejeitados;
- Desenvolver estratégias e medidas que promovam o aumento da percentagem de recuperação/valorização dos resíduos;
- Promoção de medidas incentivadoras da compostagem doméstica ou da recolha selectiva de resíduos putrescíveis e posterior tratamento em nova unidade de valorização orgânica;
- Estratégia de recolha para valorização dos resíduos florestais nas futuras unidades de valorização energética a biomassa;
- Continuação da concretização das acções de valorização ambiental do Programa Polis e aumento da fiscalização das áreas ribeirinhas para controlo de deposição de resíduos;
- Reestruturar a rede de infra-estruturas de apoio ao combate a incêndios florestais, nomeadamente pontos de água;
- Promover a constituição de zonas de intervenção florestal intermunicipal em função dos objectivos e das actividades necessárias a implementar;
- Promover a certificação do Pinho em toda a bacia do Tâmega e fomentar a produção de cogumelos, apicultura, pastoreio serrano (posterior certificação) e as centrais geotérmicas.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- A existência de espécies infestantes no Concelho, incrementadas pelo crescente abandono da agricultura, provocando desequilíbrios na sucessão natural em desfavor das espécies de maior valor ecológico;
 - A eventual persistência da pressão urbanística na zona da veiga (zonas de RAN e REN);
 - A modalidade de taxas de resíduos desajustada ao incentivo de redução de produção na fonte e ao custo efectivo do serviço prestado de gestão de resíduos;
- Manutenção da tendência de aumento da taxa de produção de resíduos superior à taxa de crescimento da população;
- A actual política de tratamento de resíduos no concelho contraria a hierarquia de prioridades estabelecida pela política comunitária de produção de resíduos, que estipula como última prioridade o confinamento em aterro;
 - Incumprimento das metas de recolha de fluxos e fileiras de resíduos à excepção da fracção de vidro;
 - Falta de sensibilização para a problemática da conservação e correcta gestão dos cursos de água;
 - Dificuldades de intervenção ao nível do domínio hídrico, com a jurisdição de várias entidades;
 - Falta de locais apropriados para o despejo de entulhos, o que origina a sua deposição junto das margens dos cursos de água.



8.4.8.2 Objectivos

A componente ambiental constitui-se num dos maiores desafios que se coloca à sociedade. Neste sentido, A estratégia nesta componente persegue uma intenção universal de assegurar a protecção e o incremento da qualidade do meio ambiente e a obtenção de padrões de sustentabilidade. Para este efeito são estabelecidos os seguintes objectivos:

Biodiversidade

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas degradados;
- Valorizar os recursos e o património natural;
- Prosseguir as acções previstas no Programa POLIS de Chaves.

Resíduos

- Promover a pedagogia da redução, reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos.

Requalificação Ambiental

- Prosseguir as acções de requalificação e valorização ambiental das áreas ribeirinhas previstas no Programa Polis;
- Estender as acções de requalificação e valorização ambiental do Programa Polis, em continuidade territorial na área urbana de Chaves;
- Implementar idênticas acções de requalificação e valorização ambiental em Vidago.

Ruído

- Concluir o Mapa de Ruído do Concelho;
- Promover um modelo de ordenamento do território com menores taxas de motorização;
- Criar medidas de minimização de impacte do ruído nas áreas sensíveis.

8.4.8.3 Projectos/acções

Biodiversidade

- Criação da Área de Paisagem Protegida do Corredor Fluvial do Rio Tâmega;
- Promoção e participação na elaboração de um Plano de Gestão Sustentável da Veiga de Chaves;
- Construção do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental;
- Criação de uma Rota Temática de Natureza para o Concelho.

Resíduos

- Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos;
- Construção de um parque de sucata intermunicipal – recolha de equipamentos eléctricos e electrónicos e recepção/desmantelamento de veículos em fim de vida.



Requalificação Ambiental

- Requalificação paisagística da margem direita do rio Tâmega entre a Ponte Romana e a Ponte de S. Roque (Longras);
- Requalificação da margem esquerda do rio Tâmega entre a Ponte Eng^o Barbosa Carmona e a Ponte Romana (Parque Urbano da Madalena);
- Requalificação das Margens do Tâmega entre a Ponte de S. Roque e a ETA de Santa Cruz;
- Requalificação das margens do rio Tâmega - entre a Ponte Eng. Barbosa Carmona e o Açude dos Agapitos;
- Requalificação Ambiental da Ribeira do Rivelas;
- Requalificação Paisagística da Ribeira do Caneiro.

Ruído

- Conclusão da elaboração do Mapa de Ruído do Concelho de Chaves: Modelação para as propostas do PDM.

8.4.9 Infra-estruturas

Abastecimento de Água e Saneamento
Energia Eléctrica e Iluminação Pública
Telecomunicações
Gás

8.4.9.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Elevada percentagem de área territorial servida com rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Elevado grau de cobertura de ETAR's;
- Cobertura total do Concelho com rede de fornecimento de energia eléctrica;
- Existência de iluminação pública em todas as localidades do Concelho;
- Satisfatórios níveis de serviço da rede de telecomunicações e de dados;
- Gradual cobertura de gás natural da área urbana da cidade.

b) Pontos Fracos

- Deficiente cobertura do abastecimento de água e saneamento em localidades isoladas e afastadas dos centros urbanos;



- Infra-estruturas de abastecimento de água envelhecidas nos sistemas de pequena dimensão, o que contribui para a deterioração da qualidade da água;
- Durante a época estival, em que os consumos de água aumentam, devido em parte à população flutuante, existem frequentemente problemas na distribuição de água. A pressão da água na rede diminui significativamente;
- Cobertura da rede de abastecimento não abrange a totalidade do concelho, apesar de estar muito próximo (95%);
- A cobertura da rede de águas residuais ainda não abrange a totalidade do Concelho;
- No que se refere às redes de drenagem de águas residuais verifica-se que 68% da rede é separativa, sendo que 27% da população residente no concelho possui sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Rede de iluminação pública antiga, com significativos problemas, pouca eficácia e elevados consumos.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Desenvolvimento de actividades de educação ambiental consistentes e contínuas, no sentido de diminuir a capitação do consumo de água, adoptando do ritmo de evolução do balanço hídrico às necessidades das populações, de forma que estas estejam prevenidas para qualquer mudança repentina e possam responder de forma mais célere;
- Melhor aproveitamento das águas pluviais, fazendo um esforço para progressivamente separar águas pluviais de efluentes domésticos;
- Promoção de sistemas de recirculação dos volumes de água no meio urbano, onde a impermeabilização se encontra mais acentuada;
- Valorização das lamas das ETAR e ETA do concelho, utilizando-as, por exemplo, na reflorestação de áreas ardidas, ou em solos eminentemente empobrecidos;
- Renovação da rede de iluminação pública, com a instalação de tecnologia que permitam um menor gasto de energia;
- Medidas de articulação de acções de infra-estruturação do espaço público realizadas pelas diferentes entidades concessionárias;
- Criação de protocolos de cooperação com as empresas concessionárias das diversas infra-estruturas, no sentido de ser partilhada a informação das redes em Sistemas de Informação Geográfica.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- Garantia de financiamento para reconversão/beneficiação das redes de abastecimento de água, de saneamento e de iluminação pública;



- Capitação do consumo de água com tendência para aumentar;
- Eventual perda gradual do controlo das redes de infra-estruturas de suporte da urbanização, à medida que a competência da sua implementação e gestão se transfere para o domínio de empresas tendencialmente privadas.

8.4.9.2 Objectivos

O reforço da infra-estruturação do Concelho, nas componentes de abastecimento de água e saneamento, energia eléctrica e iluminação pública, telecomunicações e gás reveste-se da maior importância para proporcionar às populações melhor qualidade de vida e para o aumento da atractividade do território. Neste âmbito estabelecem-se os seguintes objectivos:

Abastecimento de Água e Saneamento

- Passagem da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em baixa para a empresa Águas do Norte.

Energia Eléctrica e Iluminação Pública

- Promoção da melhoria da cobertura, da eficiência e da estética da rede pública de energia eléctrica.

Telecomunicações

- Promover a cooperação institucional no sentido de melhorar a eficiência das redes e minimizar os impactes das obras de infra-estruturas no espaço público.

8.4.9.3 Projectos/acções

Abastecimento de Água e Saneamento

- Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo a elaboração do Plano de melhoria da eficiência das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e pluviais na área urbana de Chaves e Vidago;
- Ampliação e requalificação da rede de saneamento básico, abastecimento de água, drenagem, e recolha e tratamento de águas residuais do Concelho.

Energia Eléctrica e Iluminação Pública

- Elaboração do Diagnóstico da Rede de Iluminação Pública das Áreas Urbanas de Chaves e Vidago e propostas de remodelação e ampliação, em articulação com o modelo de desenvolvimento urbano;
- Reivindicação da construção de uma nova sub-estação e novas linhas de Muito Alta Tensão para apoio ao Parque Empresarial de Chaves e futuras áreas de expansão;
- Remodelação faseada e ampliação da rede de iluminação pública das áreas urbanas de



Chaves e Vidago.

Telecomunicações

- Criação e melhoramento de infra-estruturas destinadas às novas tecnologias de comunicação (fibra óptica);
- Criação de uma base cadastral digital actualizada em cooperação com a entidade gestora das infra-estruturas.

8.5 AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA GOVERNAÇÃO

Com o aumento da eficiência da governação visa-se, “através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, concretizar os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação” (QREN, 2007).

A aplicação desta prioridade pretende assim, aumentar o grau de eficiência da governação pública, através da modernização da administração, e necessariamente, dos modelos de organização das administração central e na eficiência dos grandes sistemas sociais e colectivos, no âmbito dos quais se destacam devido à sua particular relevância, os sistemas de ensino, saúde, protecção social, justiça, segurança pública e administração fiscal.

Aumentar a eficiência da governação local, através de uma maior cooperação e coordenação institucional; fomentar uma maior participação na definição das estratégias de actuação da administração pública por parte das organizações não governamentais, dos agentes e actores locais implicados no desenvolvimento das actividades económicas e pelo cidadão em geral; estimular a modernização das instituições públicas e a melhoria da eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, constituem abordagens fundamentais para alcançar novos objectivos no processo de desenvolvimento.

Neste contexto, considera-se essencial um reforço e melhoria da cooperação institucional acompanhada de uma modernização dos serviços da administração local.

a) Competências Municipais



Esta prioridade estratégica é implementada ao nível local de forma transversal e universal, na prossecução de todas as competências que integram os domínios das atribuições municipais tipificadas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.

8.5.1 Modernização da Administração Local

Apetrechamento e formação dos serviços
Defesa do consumidor

8.5.1.1 Caracterização da situação actual - análise SWOT sectorial

a) Pontos Fortes

- Consciência generalizada entre os responsáveis municipais para a necessidade de melhorar qualidade dos serviços;
- Existência do gabinete SIG;
- Acesso à informação “on-line”;
- Instalações de boa qualidade;
- Certificação da qualidade dos serviços.

b) Pontos Fracos

- Alguma dificuldade em agilizar formas expeditas de cooperação em rede de todas as unidades orgânicas no desenvolvimento de acções de planeamento integrado;
- Dispersão de informação especializada, necessária às acções do planeamento integrado;
- Alguns constrangimentos ainda na circulação/divulgação de informação/dados;
- Identificação dos percursos e tempos de permanência em cada divisão dos documentos autárquicos.

c) Pontos que podem impulsionar uma evolução favorável

- Melhoria dos sistemas de informatização dos serviços municipais;
- Criação de mecanismos e metodologias para articular os serviços na elaboração e acompanhamento de dossiers de planeamento transversal;
- Melhorar os sistemas de comunicação.

d) Pontos que podem dificultar a melhoria das condições de partida

- A irregularidade de actualização de informação/dados dos sistemas de apoio ao planeamento à gestão;
- Eventuais dificuldades dos funcionários e demais colaboradores na adesão às novas tecnologias;
- Alguma rigidez de funcionamento da estrutura dos serviços na realização de tarefas



partilhadas.

8.5.1.2 Objectivos

Este desafio conforma-se com a democratização do acesso às novas tecnologias da informação e da modernização administrativa, à consolidação da sociedade da informação, à desburocratização, estabelecendo uma relação de proximidade com a população, sendo que foram estabelecidos os seguintes objectivos:

- Modernizar a Administração Local;
- Promover a articulação dos serviços em prol de uma eficiente gestão de recursos e de maior cooperação na definição de estratégias de desenvolvimento municipal;
- Promover a cooperação institucional com as entidades e agentes intervenientes no processo de desenvolvimento municipal.

8.5.1.3 Projectos/acções

- Melhoria dos sistemas de informatização dos serviços municipais;
- Criação do gabinete de Acompanhamento e Monitorização da Agenda XXI Local;
- Promoção da criação de uma intranet/extranet autárquica que permita a colaboração online entre a Câmara Municipal e as freguesias do Concelho;
- Criação de uma rede de fibra óptica que permita ligar, de forma eficiente, todas os edifícios da Administração Local;
- Ampliação e consolidação do projecto SIG do Município;
- Implementação de um sistema de qualidade certificado (já em desenvolvimento para alguns dos serviços municipais);
- Desburocratização e simplificação processual;
- Formação estratégica para a gestão e inovação na Administração Local - formação estruturante alinhada com as vertentes da reestruturação e modernização da administração;
- Continuação da implementação do Plano de Higiene e Segurança no Trabalho.